



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 10 2012	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 88ª
(OCTOGÉSIMA OITAVA)
SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO
GERAL PARA DEBATER SOBRE O FUNDO DE APOIO À
CULTURA –FAC
DE 04 DE OUTUBRO 2012.**

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os trabalhos da sessão ordinária do dia 4 de outubro de 2012, às 15h27min.

(A sessão transforma-se em comissão geral.)

A presente sessão ordinária será transformada em comissão geral *ad referendum* do Plenário, em razão do Requerimento nº 1.775, de 2012, para debater o Fundo de Apoio à Cultura e demais instrumentos de financiamento da cultura.

A Presidência vai suspender a presente sessão pelo prazo de cinco minutos para acomodações no plenário e na galeria.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h28min, a sessão é reaberta às 15h34min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Está reaberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, reiniciamos os nossos trabalhos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 10 2012	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	2

Ao dar as boas-vindas a todos e a todas presentes, tenho a honra de declarar abertos os trabalhos desta comissão geral para debater sobre o Fundo de Apoio à Cultura – FAC, e demais financiamentos da cultura no Distrito Federal.

Convido para tomar assento à Mesa os seguintes convidados: o Sr. Secretário Adjunto da Secretaria de Estado de Cultura, Miguel Batista Ribeiro Neto; o Sr. Sub-Secretário de Fomento da Secretaria de Cultura, Leonardo Hernandes; o Sr. Diretor do Núcleo de Arte e Cultura – NAC, Marbo Giannaccini; o Sr. Representante do Fórum de Cultura do Distrito Federal, Maestro Rênio Quintas; o Sr. Mestre de Cultura Popular, Chico Simões; o Sr. Representante do Fórum para Culturas Populares e Tradicionais, Marcelo Manzatti; e, por fim, o Sr. Cineasta Pedro Lacerda.

Eu ainda gostaria de registrar a presença em plenário dos Exmos. Srs. Deputados: o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Chico Leite; Wasny de Roure; e Eliana Pedrosa.

Registro que, em que pese termos transformado uma sessão ordinária em comissão geral, com todo o peso da solenidade, acredito que não haja nenhum problema para as manifestações, inclusive em um plenário composto por artistas. A Casa é de vocês, não há nenhum problema nas manifestações, aplausos. As manifestações são bem-vindas, podemos ficar todos à vontade, porque esta é a Casa do Povo.

Quero, antes de tudo, dizer da satisfação de a Câmara Legislativa do Distrito Federal, de a Frente Parlamentar em Defesa da Cultura estar promovendo esta comissão geral. Esta comissão foi idealizada pela Frente Parlamentar, que tem como signatários 18, dos 24 Parlamentares. Ela surgiu em função de preocupações acerca do FAC, que geraram debates bem intensos neste plenário, em algumas sessões ordinárias. Inclusive, vários Parlamentares presentes nesses debates também estão presentes nesta comissão geral. De sorte que o Governo do Distrito Federal, o Governador Agnelo Queiroz chamou a responsabilidade da decisão para si e optou por não fazer o que estava sendo comentado por todo mundo e que afligia a todos do segmento cultural, sejam aqueles que trabalham diretamente com o FAC ou que tenham um carinho pela cultura. E o FAC, hoje, mantém as características da sua criação.

Mas o fato é que nós, a Frente Parlamentar, queremos aprofundar o debate sobre o financiamento da cultura no Distrito Federal, principalmente porque estamos às vésperas do envio para esta Casa – segundo informações da Assessoria Legislativa do GDF que atua aqui na Câmara Legislativa e também da Liderança do Governo nesta Casa, e também, naturalmente, do pedido constante de diversos Parlamentares, todos presentes nesta comissão – da Lei de Incentivo à Cultura, previsão de chegada para a próxima semana.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 10 2012	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	3

Em que pese ser um instrumento que é desejado, almejado por todos do segmento cultural, é fato que nós, esta Casa, não nos furtaremos ao debate para trazer uma lei que efetivamente traga benefícios a todo o segmento cultural do Distrito Federal. Portanto, esta comissão geral é importante para o debate do FAC, para o debate das novas linhas de financiamento que virão e, principalmente, para que a gente dê um caráter cada vez mais democrático à cultura no Distrito Federal.

Antes de passar a palavra aos integrantes da Mesa, e, naturalmente, depois, à assembleia, nós assistiremos a uma apresentação de um vídeo sobre o FAC.

(Apresentação de vídeo.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Muito bom.

Nós queremos agradecer ao Gustavo Vasconcelos, que fez a produção do vídeo. Muito bacana. Muito obrigado. (Palmas.)

Quero registrar a presença aqui, no plenário, da nossa querida Líder do Governo na Câmara Legislativa, Deputada Arlete Sampaio. Seja bem-vinda. (Palmas.)

Quero também dizer que já compõe a Mesa o nosso querido amigo e Secretário de Estado de Turismo, o Sr. Luis Otávio Rocha Neves, o nosso querido Tavinho, que também se encontra aqui, nesta tarde, para os debates.

Como eu já disse na abertura, nós aqui, lógico, temos limitações de tempo, mas a ideia é dar o máximo de espaço para as manifestações. Como temos uma Mesa grande, vamos pedir aos seus componentes que sejam bem objetivos em suas manifestações, até para que, se for o caso, possamos ter a oportunidade de responder em seguida, pois pode ser que surja alguma pergunta do plenário. Por isso vamos trabalhar com o tempo de cinco minutos para os membros da Mesa.

Então, de imediato – até porque ele já me informou aqui que tem outro compromisso, mas não poderia deixar de estar presente aqui –, vou passar a palavra ao querido amigo Tavinho, que é o nosso Secretário de Turismo do Distrito Federal.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Perdão, Tavinho. Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE – Obrigado, Sr. Presidente.

Boa tarde a todos e a todas. Tavinho, eu prometo ser breve. Quero apenas falar do compromisso que eu já tinha no governo passado quando fui relator duas vezes do FAC, como Deputado. O que eu pensava antes continuo pensando: o FAC é fundamental. Quero deixar claro que o meu compromisso e a minha presença aqui é para isso.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 10 2012	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	4

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Obrigado, Deputado Chico Leite, sempre presente nos debates da cultura. Eu quero atestar o seu compromisso real com todos.

Então, agora sim, concedo a palavra ao Secretário de Turismo do Distrito Federal, Luis Otávio, o nosso querido Tavinho.

SR. LUIS OTÁVIO ROCHA NEVES – Boa tarde a todos. Cumprimento o Deputado Cláudio Abrantes, todos os membros da Mesa, figuras importantíssimas da cultura de Brasília e da cultura brasileira; cumprimento o Deputado Chico Leite, a Deputada Arlete Sampaio e a todos que estão aqui em prol de uma causa única e muito importante, que é a cara de Brasília, que é a cultura de Brasília, a cultura brasiliense.

Para o turismo cultura é tudo. Quando a gente fala de uma cidade que tem atrativo turístico, de uma cidade que consegue segurar o turista por mais tempo... A ferramenta que mais segura um turista são os eventos culturais, é a cultura brasileira, seja ela em forma de *shows*, de eventos, de exposições. Enfim, toda a cultura tem uma importância muito grande para poder somar ao turismo. Recentemente, coisa de três semanas atrás, eu e o Secretário Hamilton estávamos no Conselho de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal defendendo o turismo e a cultura como entes de desenvolvimento econômico, e a importância que têm o turismo e a cultura para o desenvolvimento do Distrito Federal como unidade da Federação que tem como prioridade o serviço. E aí se encaixa muito bem a cultura.

Eu estou aqui hoje, Deputado Cláudio, enquanto Secretário de Turismo, representando o turismo de Brasília, para manifestar todo o apoio que a cultura de Brasília precisa, merece e necessita, porque a gente vê a grande importância da cultura brasiliense para que a gente possa segurar mais tempo o turista aqui em Brasília e também para que a gente possa, depois de aprovada a Lei de Incentivo à Cultura, divulgar Brasília fora do Distrito Federal, mostrando o potencial cultural que esta cidade tem. Vou mostrando Brasília através das leis de incentivo que serão uma grande ferramenta propulsora do desenvolvimento da cultura de Brasília.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Muito obrigado, Tavinho. Como já foi anunciado aqui, temos a informação de que, na próxima semana, deve chegar a mensagem do Governador sobre a Lei de Incentivo à Cultura, e esta Casa não se furtará a fazer o debate, principalmente com o segmento cultural e com os representantes do Executivo, para que a lei atinja o seu objetivo, que é realmente o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 10 2012	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	5

incentivo à cultura do Distrito Federal. Então, nesse sentido, quero anunciar que, ainda no mês de novembro, teremos ou uma audiência pública ou uma comissão geral nesses moldes para discutir a lei de incentivo. Ela acontecerá no plenário ou na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que é a comissão de mérito que irá dar o parecer sobre a Lei de Incentivo à Cultura.

Quero informar ao Plenário que aqueles que desejarem fazer uso da palavra devem se dirigir ao Cerimonial, que fará a inscrição do uso da palavra ainda durante esta comissão geral.

Concedo a palavra ao nosso amigo cineasta Pedro Lacerda.

SR. PEDRO LACERDA – Boa tarde. Em nome do Deputado da Cultura, Cláudio Abrantes, aproveito para cumprimentar toda a Mesa, já que somos muitos, somos tantos. Agradeço, também, em nome do Deputado Cláudio Abrantes, que convocou, a presença da Deputada Arlete Sampaio, da Deputada Eliana Pedrosa, do Deputado Chico Leite, que estava presente há pouco, e de todas as pessoas presentes.

Bom, para valer a máxima “os últimos serão os primeiros”, outra coisa que eu gostaria de dizer é que eu não sabia que ia fazer parte da Mesa. Nesse caso, eu teria feito como disse o Odorico Paraguaçu: “Eu decorei um discurso para falar aqui de improviso”, mas não pude fazê-lo.

Gente, eu inicio dizendo – depois de cumprimentar as pessoas da Mesa, porque está aqui o Subsecretário de Fomento – que o Fundo de Apoio à Cultura – FAC veio, dia a dia, sendo cada vez mais burocratizado e isso, propositadamente ou não, dificultou e dificulta cada vez mais a vida de quem pretende apresentar projeto ao FAC.

Relembro a todos vocês, ao Deputado Cláudio Abrantes, aos Deputados presentes, que todo mundo sabe que a diferença entre o remédio e o veneno é só o tamanho da dose. Então, na medida em que se aumenta essa dose de burocracia, mata-se na origem quem pretende produzir alguma coisa artisticamente. E isso, por mais que, com o continuar desta sessão venha a haver, no sentido contrário do que estou dizendo, uma argumentação, por mais forte que ela seja, o sentimento da classe artística do Distrito Federal é este – o FAC hoje é um instrumento absolutamente burocrático, e não é possível continuar assim, é preciso que a verdade seja dita. Na medida em que o FAC burocratiza, elimina os concorrentes. Bom, fui barrado pela concorrência; então, o dinheiro que eu poderia usar para produzir o meu filme ou a minha peça de teatro ou o meu filme musical vai ficar parado ali. E, na medida em que pessoas, projetos, propostas vão sendo eliminados, em tese, o dinheiro acumula porque aquele dinheiro que era para ser utilizado pela classe artística fica parado ali. É preciso ser esclarecido o sentido disso para a gente



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 10 2012	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	6

porque, se aquele fundo é justamente... Aliás, diga-se de passagem, nós, diferentemente, por sermos Distrito Federal, não temos vantagens e incentivos que outros Estados têm, como – à exceção do Distrito Federal, todo mundo tem – uma lei federal de incentivo à cultura, uma lei estadual de incentivo à cultura e uma lei municipal de incentivo à cultura. Nós aqui em Brasília, evidentemente, não temos algumas dessas.

Bem, outro ponto. Vou tentar pontuar dessa forma porque, como eu disse, não segui os passos do Odorico Paraguaçu. Então, há um tempo a gente vem batendo nessa tecla. A Unesco propôs a criação da Declaração Universal da Diversidade Cultural, e já foi aprovada. O Brasil foi signatário disso, mas nem todos os países foram. Por que a Unesco propôs isso? Porque, com a globalização, muitas culturas dos países em subdesenvolvimento, em desenvolvimento – países subdesenvolvidos e em desenvolvimento – estavam sendo engolidos pelas culturas dos outros países desenvolvidos. Então, isso foi com o propósito de proteger a cultura de certos países, de certas comunidades, de certos locais.

Pois bem, na medida em que a gente não se lembra disso, que a gente não pensa nessa Declaração da Diversidade Cultural, que a gente dificulta o acesso e a produção, nós estamos caminhando na contramão da história. Quando a gente pensa no FAC, a gente pensa e tem discutido, tem falado sobre isso. A gente pensa que o FAC não é uma ação de governo, porque os governos são passageiros, é uma ação de Estado, o que é muito diferente, porque isso é política de Estado, é pensar eternamente.

A outra coisa, gente, é sobre a burocracia ainda. O excesso de burocracia no FAC precisa ser corrigido com urgência. De alguma forma eu acredito que haja uma solução, porque em minha opinião, particularmente, o que penso é o seguinte: a ditadura distanciou as pessoas, sobretudo a classe artística, dos Parlamentares e empurrou-as para o Executivo. Então, é para esta Casa Legislativa – sempre tenho batido nessa tecla – que a gente tem que trazer as nossas demandas. No Executivo se cria o balcão, mas é aqui que se criam as leis perenes; lá se cria o balcão, e ele é peremptório e resolve o problema de poucos.

É aqui que a gente vai encontrar a solução para esses problemas e é aqui, inclusive, que a gente precisa dizer, com todas as letras, que não é possível que a gente aceite que a fiscalização do Estado seja da mesma forma para uma criação artística e da mesma forma para a construção de uma ponte. A gente precisa encontrar uma maneira de diferenciar isso. Isso dificulta, isso é uma coisa que não pode caber na cabeça do Estado.

Outra coisa – eu estou tentando finalizar, porque...



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 10 2012	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	7

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Pedro, peço-lhe somente que seja sucinto, pois queremos conceder a palavra também ao Plenário.

SR. PEDRO LACERDA – Para concluir, eu agradeço a manifestação. Eu peço que continue, pois tenho mais coisas para dizer. Vou resumir dizendo o seguinte: como trabalho e milito há muito tempo na área de audiovisual, com todo o respeito às outras áreas, que são manifestações superimportantes, como o audiovisual, eu posso garantir ao senhor, Deputado Cláudio Abrantes, e aos demais presentes, que se tempos atrás a revolução cultural se deu pelas artes plásticas, hoje ela se dá pelo audiovisual.

Eu digo que todos os integrantes desta Mesa e todos os presentes são audiovisuais, porque veem e ouvem, claro. Um médico, hoje, faz uma cirurgia à distância, ouvindo e vendo pelo computador. O aparelho celular deixou de ser um aparelho telefônico. Hoje, ele é um aparelho audiovisual, em que podemos assistir a filmes e novelas.

Quando o FAC pensar no que significa a produção cultural, aproveite para pensar, pois o audiovisual engloba todas as artes: o teatro, a música, a dança, a arquitetura. Eu gostaria de dizer muito mais coisas sobre o FAC, mas o Deputado Cláudio Abrantes já colocou o relógio ali e bateu na mesa.

Eu agradeço aos senhores a oportunidade de discutirmos um pouco sobre esse assunto. Eu tenho a certeza de que isso será uma longa jornada noite adentro, como disse o dramaturgo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Muito obrigado, Pedrinho.

Eu gostaria de informar ao Plenário que, por estar viajando, acompanhando o Governador, o nosso querido amigo e coordenador da Frente Parlamentar, Deputado Prof. Israel Batista, não está presente nesta comissão geral. Do outro lado do mundo, S.Exa. está vibrando e confirmando seu compromisso com a luta pela cultura no Distrito Federal, para que ela deixe de ser uma área política secundária e seja, inclusive, reconhecida como direito fundamental. Eu acho que temos que trabalhar, até de forma constitucional, para colocar a cultura no patamar dos direitos fundamentais do ser humano.

Sabemos que todos os companheiros da Mesa têm muito a agregar a este debate. Estamos controlando o tempo porque nós temos um limite de horário, por conta de outro evento que haverá nesta Casa. Infelizmente, como disse o Pedrinho, não poderemos entrar noite adentro. Vamos ouvir o Plenário e as contribuições dos colegas presentes.

Nesse sentido, passo a palavra ao Sr. Representante do Fórum das Culturas Populares e Tradicionais, nosso amigo Marcelo Manzatti.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 10 2012	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	8

SR. MARCELO MANZATTI – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, companheiras e companheiros do movimento cultural, eu acredito que a gente viva, guardadas as devidas proporções, no Distrito Federal mais ou menos a mesma situação dramática que vivem os agentes culturais quando se relacionam com o Ministério da Cultura em nível federal através da Lei Rouanet.

A Lei Rouanet, durante muito tempo, foi o único instrumento de fomento à cultura no Brasil. Apesar de os agentes culturais odiarem e desprezarem profundamente a Lei Rouanet, por todas as distorções que ela provoca no dia a dia do agente cultural, do produtor cultural e por todos os males que ela encadeia e provoca, nunca conseguimos fazer um movimento radical para transformá-la, reformá-la, para que sejam respeitadas as características fundamentais do movimento cultural e para que, de fato, torne-se uma política pública e não uma transferência de recursos públicos para empresas privadas fazerem seus trabalhos de *marketing*, de divulgação de suas marcas.

As reformas da Lei Rouanet sempre foram muito tímidas e sempre abortadas quando se percebia que, abrindo o debate, poderíamos até ter a perda da Lei Rouanet ou a perda das características fundamentais da Lei Rouanet, que, mesmo muito ruim, era o único instrumento de financiamento da cultura em nível federal no Brasil.

Em Brasília, acredito que o FAC ocupe mais ou menos o mesmo lugar, uma vez que ele é o único instrumento consistente, garantido por um marco legal, respaldado pela Lei Orgânica do Distrito Federal, com depósitos ainda muito precários, mas relativamente suficientes para acontecer alguma coisa nos diferentes setores de cultura. O FAC, tendo ficado tão isolado assim, foi vítima de um cem números de ataques. Primeiro, o próprio ataque da classe artística, dos grandes produtores culturais, que são os setores mais organizados, que demandam mais capital para suas produções e que se organizam para acessar vorazmente os recursos do FAC. Isso gerou historicamente um cem números de distorções que a gente sofre hoje por conta desse problema que o companheiro Pedro Lacerda citou, que é o fato de a Procuradoria, os órgãos de controle criminalizarem o artista, o produtor cultural, quando ele vai buscar recursos do FAC. Essa burocratização excessiva tem a ver com vários desvios e vários problemas que aconteceram na história do FAC. Acredito que, se não houver uma retomada do debate com essas instâncias do Poder Judiciário e dos órgãos de controle, a Secretaria ficará até amarrada no seu papel de propor as mudanças e de tentar consubstanciar nos editais o espírito último, o espírito profundo do FAC, que é o de financiamento de fomento da diversidade cultural do Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 10 2012	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	9

Do mesmo modo, há outras distorções, como o fato de a pauta do nosso Conselho de Cultura, que é o único espaço estruturado de debate de políticas públicas na cidade, no Distrito Federal, ser praticamente sequestrada em 90% de seu tempo para as questões do FAC. Os conselheiros, os nossos representantes setoriais e os representantes governamentais não têm tempo e não têm pauta suficiente para discutir, para fazer os grandes debates, fazer os debates de estruturação da política cultural do Distrito Federal, porque têm que ficar despachando montanhas e montanhas de processo, em função também de uma carência radical de funcionários, de estrutura da Secretaria de Cultura para dar vazão a esses processos. Ela não tem recursos para contratar técnicos especializados e assessorias que possam municiar e preservar um pouco o papel do conselho na discussão da política cultural.

Comparados com o FAC, o orçamento da secretaria é ridículo, os repasses do Fundo Nacional de Cultura inexistem ou são ridículos, e a participação do setor público e privado no financiamento da cultura... Historicamente se comprovou no Brasil que a classe empresarial não investe em cultura. Ela investe quando se beneficia com 100% de retorno e, ainda assim, pode fazer trabalho de agregação de valor a suas marcas. Diante disso, o FAC ficou tão isolado que há a tentação de atacá-lo, de descaracterizá-lo, de desapropriar seus recursos, seja por parte da própria secretaria, como aconteceu muitas vezes nos governos passados... Neste governo, avalio que esse problema diminuiu drasticamente, mas a tentação é sempre grande. Fica aquele dinheiro ali, e a secretaria com uma miséria de orçamento para trabalhar. Aí se fala: "Poxa! Podíamos fazer alguma coisa com aquilo. O que podemos fazer?". Então, a tentação fica coçando ali. Nós fomos pessimamente surpreendidos porque, desta vez, a expropriação partiu do núcleo financeiro do governo, do núcleo que controla a política de investimento do governo, da Casa Civil, do Planejamento, da Secretaria de Governo. Veio de lá a tentativa de ataque. Ora, o Distrito Federal passa por um momento de crescimento de arrecadação de recursos. O Distrito Federal é um dos entes federados mais privilegiados do ponto de vista da economia. Todos os índices aprovam isso. Por que, então, o Governo do Distrito Federal tem que lançar mão do FAC, que é um fundinho pequeno e que tem seu papel tão maravilhoso, para poder fazer eventos culturais que historicamente foram financiados de outra forma?

Então, esse isolamento do FAC é o grande problema. Por isso que trouxemos aqui para a pauta de discussão não só o FAC. Ficamos naquele cacoete, naquela tendência de falar só do FAC. Temos de falar de uma política de fomento estruturada. Por isso que o primeiro item diz: equilibrar os recursos nos diferentes elementos de financiamento à cultura e fortalecer cada um desses elementos. Então, nós temos que, em primeiro lugar, fortalecer o orçamento da Secretaria de Cultura



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 10 2012	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	10

do Distrito Federal. Não é possível que o governo, que superou a história do rorizismo e do arrudismo em Brasília, tenha um orçamento para a Secretaria de Cultura menor do que foi o orçamento na época do Arruda. Hoje, o orçamento para a cultura, se não me engano – o Fenelon, que está aí, pode nos ajudar –, é menor do que na época do Arruda. Então, é ridículo isso, é inaceitável. Esta Casa, que votará agora a LOA, o Orçamento, tem o papel de já começar, neste ano – e haverá pelo menos mais duas votações, em 2013 e em 2014 –, a aumentar progressivamente o orçamento fixo para a Secretaria de Cultura. Temos a bandeira do movimento cultural, que nasceu e se fortaleceu durante a Conferência da Cultura, que era a bandeira do 1%, de se chegar ao famoso 1% do orçamento para a cultura. Claro que nunca chegamos. No Governo Federal, ameaçou-se chegar a esse nível ao final da gestão do Juca, mas nunca chegamos e, hoje, regredimos. Acredito que os Deputados presentes poderiam pensar, já nessa LOA, em propor um incremento para o orçamento da Secretaria de Cultura. Mais do que isso, de prever um escalonamento para esse crescimento, até chegarmos, ao final de 2014, com um orçamento próximo desse 1% ou já dentro desse percentual.

A PEC nº 150, nossa principal bandeira de defesa para o fomento à cultura, que está em tramitação no Congresso, prevê mais do que isso, prevê 1,5% – 2% no Governo Federal, 1,5% nos Estados e 1% nos municípios. Com os repasses do Governo Federal para os Estados e Municípios, isso chegaria, no nível dos Estados, a 1,5%. É uma proposta que fazemos para os senhores e que pode ser implementada imediatamente.

Outra pauta que os senhores têm a obrigação de discutir brevemente é a da Lei do Incentivo, que já foi falada aqui. Mas alerto-os para o fato de que, há vinte anos, o movimento cultural tenta fazer uma reforma radical da Lei de Fomento. Se este projeto que chegará a esta Casa é pior do que a Lei Rouanet, não há sentido fazermos esse debate. É melhor não haver essa lei, pois as distorções que ela irá provocar serão tantas e tão nefastas, que sentiremos saudades do tempo em que o FAC era aquela burocracia danada e havia aquele pouquinho de dinheiro. Está se projetando aí haver cerca de 150 milhões de reais possíveis de serem captados pelo mercado cultural, por meio da lei de incentivo. O FAC, então, tem esses 150 milhões de reais. Quer dizer, iremos introduzir um elemento que é três vezes maior do que o FAC em uma perspectiva, uma plataforma, uma métrica que é completamente fora do que o movimento cultural almeja e tem debatido. Acreditamos que o orçamento para a cultura, que está na casa dos 20 e poucos milhões, também chegue nesses, mais ou menos, 50 milhões, que é o que o FAC tem hoje, e que a lei de incentivo também pode ser complementada. Eu sou de São Paulo e nunca vi uma coisa tão fantástica, um Estado que tem 70 milhões de reais por ano destinados... Só que grande parte ou a totalidade desse dinheiro não é investida segundo a política



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 10 2012	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	11

pública de cultura, mas, única e exclusivamente, segundo a prerrogativa dos senhores Deputados, que é investir isso nas suas bases. Entendemos que essa prerrogativa deve ser mantida, mas V.Exas. têm que destinar uma parte desse recurso, pelo menos 20, 25, 30% dele ao fortalecimento da Secretaria de Cultura. Isso pode ser feito este ano, isso pode ser feito agora. (Palmas.)

Esse é o meu pedido. Se isso acontecer, acreditamos que iremos ter mais e melhores mecanismos de fomento à cultura, não teremos essa choradeira tão grande pelo FAC, e o Léo poderá trabalhar melhor. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Muito obrigado.

Passarei a palavra ao próximo orador inscrito, para suas considerações, nosso Mestre de Cultura Popular, Chico Simões.

SR. CHICO SIMÕES – Agradecido pelo mestre. Eu sou aprendiz, mas estou desistindo de falar isso também, pois como o outro falou ali: “Todo mestre fala isso”. E eu falei que estou em uma sinuca danada. Sou brasileiro. Eu estava perguntando ao Pedro se isso aqui era gravado e transmitido pela TV, e ele falou que não, pois acabou o contrato. Que pena, porque, da outra vez, muita gente me encontrou na rua e me falou que tinha visto o que eu havia falado. Mas se está sendo gravado, aqui do outro lado, temos um pontão de cultura, que é a *TV Cidade Livre, a TV Comunitária*. A gente pode pegar essas imagens e levá-las até lá, que, com certeza, eles irão passá-las. A gente tem muito espaço hoje em dia, principalmente na TV a cabo, para passar toda essa nossa produção.

Ora, estamos aqui em um espaço privilegiado, um espaço de fronteiras, um espaço de diálogos, ou, então, de barreiras. Fronteira é aquele lugar a que a gente chega e fica um pouco ansioso, com medo do outro, porque não o conhece, e, ao mesmo tempo, fica curioso, atraído também pelo outro, pelo pensamento do outro. A fronteira que estamos debatendo aqui é a fronteira e a zona de diálogo entre a sociedade civil e o Estado, representado pelo governo e, no caso aqui, os nossos representantes da sociedade civil, as pessoas que foram eleitas e podem falar em nosso nome. Nós mesmos não podemos falar em nome de ninguém, nós falamos em nome de nós mesmos, somos um movimento diverso, plural e muito belo por isso. Mas, nesse espaço, o que estamos tentando transmitir para o Estado e, nesse momento, para o governo? Nós temos avançado. Do Governo Lula para cá, estamos avançando em um espaço de inclusão. Inclusão, em princípio, era isto, era trazer aquela pessoa, aquele grupo ou aquele movimento que não dialogava com o Estado de maneira nenhuma, para fazer parte, para ser atendido ou atingido pelas políticas.

Ora, precisamos avançar. A gente, que estava sendo incluído, se perguntava: mas incluído onde? Nós queremos ser incluídos. É o contrário: o governo, o Estado é que tem de se incluir na sociedade civil, e não obrigá-la, obrigar os movimentos, os



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 10 2012	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	12

artistas, os grupos a se incluírem nessas coisas cada vez mais apertadas. Digo, com certeza, para vocês: houve um movimento, que partiu do Tribunal de Contas, um movimento conservador, reacionário àquele impulso do Governo Lula de democratizar, de tornar possível, de incluir. Claro que houve. Depois, veio passando, então, e se disse: isso é contra a lei, uma CPI da ONG, uma CPI dos Sem Terra, uma CPI da Petrobras... Descobriu-se que aquela nota fiscal tinha uma vírgula e não sei o quê. Era uma lógica política. Ora, nós não somos ingênuos. Essa burocracia, que diz que está na lei, está na Lei nº 8.666, no artigo tal, que você tem que ter três notas fiscais para comprar couro de bode para fazer tambor... Você não vai fazer tambor nunca. Não vai ter tambor. Você vai comprar o de plástico que as indústrias fazem. Essa é a lógica da lei. Temos é que desconstruir isso. Agora, fico admirado, porque, com a força política que temos – nós elegemos um governo –, ao invés de avançarmos, recuamos e passamos para o lado deles. Não pode. Está errado. Aqui não é assim. Eu vi o Hamilton Pereira, companheiro, pessoa que admiro profundamente, um exemplo de vida, falar em reunião: “Vai aprender a fazer prestação de contas. Eu passei cinco anos preso e aprendi alguma coisa com isso”. Não entendi, na hora, o que uma coisa tinha a ver com outra, mas depois falei: “Está aí. É a prova de que alguém pode ser condenado por fazer uma coisa boa”. É o que está acontecendo com a gente. E fiquem atentos a esta Lei de Incentivo que vem aí, porque a outra, que já existe nacionalmente, a do Mecenato, tem um item que diz que a obra tem de ter algum interesse social, porque o dinheiro é público. É dinheiro que está deixando de ir para escola, para hospital, para infraestrutura. Esse dinheiro é público, esse dinheiro é nosso, está indo para interesse privado. Aí, vem o Circo do Seu Léo, que não é nem o Circo do Seu Léo, é só uma franquía, um *merchandising*. É um nome. Aquilo lá é um nome só, que se vende como tal, uma franquía. Isso é comum. Mc Donalds é isso. Enfim, as pessoas vêm e dizem: “Nós vamos levar uma escola para assistir, de graça, a uma apresentação que custa 180 reais”. Aí, ela está cumprindo, então, a lei, que diz que é de interesse social. Ora, isso é cínico, porque qualquer ser humano na face da Terra sabe que isso é burlar uma lei, mas, na hora, ninguém conversa. (Palmas.) É aquele jogo em que se fica representando papéis. Estão lá o representante do ministério, do Bradesco, do não sei o quê, e pronto, passa e vai passando.

Então, a Lei de Incentivo pode estar imbuída disso, e o princípio é que não podemos abandonar. Eu penso que nós, que viemos desse campo da luta pela inclusão real, pela democratização real, contra a burocracia, sabemos onde é que vamos estar negando o princípio. Não vamos estar aqui. A sociedade civil não vai estar o tempo inteiro aqui com vocês. Nós só pedimos isto: que, qualquer dúvida, consultem-nos e não decidam internamente aqui sem a nossa consulta. (Palmas.) Qualquer dúvida, consultem-nos. Nós estamos juntos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 10 2012	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	13

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Muito obrigado, Chico.

Quero dizer que, embora não seja uma TV – está longe disso –, a nossa Assessoria do Gabinete da Frente está gravando toda esta comissão geral, e aqueles que se interessarem depois, é só pedir que entregamos uma cópia.

Quero dizer também que, no nosso entendimento, não há nenhuma possibilidade de que essa Lei de Incentivo venha, de alguma maneira, excluir ou diminuir o FAC. O FAC tem uma lei própria, com a sua determinação legal de valor, e nós vamos continuar trabalhando. O que buscamos com a Lei de Incentivo é uma nova linha, uma nova modalidade de financiamento, de fomento da cultura no Distrito Federal. Naturalmente queremos fazer esse compromisso. Tenho certeza de que a Deputada Arlete Sampaio, a Deputada Eliana Pedrosa, que estão aqui, o Deputado Chico Leite, o Deputado Prof. Israel Batista, o Deputado Wasny de Roure, todos que já passaram aqui e que estão envolvidos com a Frente de Defesa, vamos fazer um trabalho bem transparente, abrangente e democrático para debater a Lei de Incentivo à Cultura, não só quanto aos percentuais. Às vezes, nós nos ligamos muito em percentuais: 1%, 2%, até tanto, a possibilidade de ir a tanto, mas, como já foi dito aqui, de repente você pode estar criando um monstro, uma dificuldade ou uma situação em que há muito dinheiro lá, mas ele fica inacessível.

Esse debate também será feito. Esta Casa não se furtará a fazer esse debate e abrir efetivamente a Casa, o plenário e as possibilidades para chegarmos a um denominador sobre uma lei que efetivamente possa atender a esses anseios da classe artística do Distrito Federal.

Concedo a palavra ao Diretor do Núcleo de Arte e Cultura – NAC, nosso querido amigo Marbo.

SR. MARBO GIANNACCINI – Obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento o Plenário e os membros da Mesa na sua pessoa. Minha palavra vai ser muito rápida porque acho que a defesa do FAC e a defesa da nova lei já ficaram bem claras tanto na palavra do Manzatti como do Chico. Elas foram assim definitivas para esclarecer.

Eu gostaria de tocar em dois pontos. O primeiro seria sobre o Conselho de Cultura e o FAC. Cada área artística tem um representante no conselho. O conselho é paritário. Eu só vejo o Conselho de Cultura carimbando os pareceres, carimbando os recursos etc. Eu não vejo nenhuma resolução do Conselho de Cultura sobre políticas públicas, que é a finalidade dele. Isso está na Lei Orgânica do Distrito Federal em seu art. 246, § 3º, que estabelece que “o Conselho de Cultura é órgão normativo e articulador da ação cultural no Distrito Federal”. Quer dizer, o Conselho de Cultura tem que produzir a própria política no Distrito Federal. É um órgão que tem que ser atuante lá dentro. Claro que ele vai ser atuante a partir do momento em que todos os segmentos culturais atuem e alimentem esses seus representantes lá



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 10 2012	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	14

dentro. Então, acho que isso é muito importante. Por exemplo, qual é o ponto fraco do FAC – um dos pontos fracos? Os editais e os montantes destinados aos editais são feitos na Secretaria. Ora, são pessoas que atuaram ou estão atuando na cultura, que têm responsabilidade, mas que podem também não ter a assessoria completa como seria a do Conselho de Cultura, e podem errar. Quer dizer, se erram no edital, a gente vai reclamar para quem? Então, esse é um ponto fraco. Eu acho que deveria haver um órgão colegiado que pudesse decidir sobre isso, sobre política pública de cultura do Estado. Tanto o Pedro como o Chico falaram disso.

Outro ponto para o qual eu gostaria de chamar atenção aqui é o dos espaços culturais. Um dos motivos, naquela famosa nota, foi de que se retiraria uma parte dos recursos do FAC para a recuperação dos espaços culturais. Ora, manutenção de espaço cultural é de responsabilidade do governo, e é justamente para o art. 248, inciso XI da Lei Orgânica que eu queria chamar atenção. “O Poder Público terá como prioritária a implantação de política articulada com a educação e a comunicação, que garanta o desenvolvimento cultural do Distrito Federal, mediante: (...) XI – criação e manutenção, nas Regiões Administrativas, de espaços culturais de múltiplo uso, devidamente equipados e acessíveis à população.”

Eu fiquei pasmo quando o Senador Rodrigo Rollemberg nos informou que ele, na Ceilândia, ouviu de representantes de secretaria que eles não tinham condições de fazer o projeto básico para a construção daquele espaço cultural. Eu acho que isso é uma coisa inviável. Nós estamos mantendo o Teatro Goldoni desde 1998, quando ele foi inaugurado dentro da Casa D'Itália, que é uma parceria que se faz para alimentar a cultura aqui. A Casa D'Itália, a Aliança Francesa, a Casa Thomas Jefferson e outras entidades culturais receberam esses terrenos para construir e operacionalizá-los para cultura, como cessão de uso real. E agora estão vendendo esses terrenos. No caso da Casa D'Itália, no dia 31, vai haver um leilão para vender. Isso significa fechar o Teatro Goldoni. É outra atividade para a qual nós vamos, agora, movimentar a classe política novamente. Nós não vamos deixar isso passar completamente despercebido. Então, eu também deixo claro aqui que essa é uma reivindicação que nós fazemos aos Deputados daqui da Câmara Legislativa.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Muito obrigado, caro Marbo.

Eu vou passar a palavra, agora, para a nossa querida Deputada Distrital Arlete Sampaio. Arlete, acho que não consigo liberar o som, então, vou pedir para V.Exa. subir à tribuna. Quero passar a palavra agora para a nossa querida amiga e Deputada Distrital, Líder do Governo aqui na Câmara, Arlete Sampaio.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 10 2012	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	15

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Boa tarde a todas, boa tarde a todos. Meus cumprimentos a todos os integrantes da Mesa. Não vou citar um a um porque gasta muito tempo, vou poupar, apenas me dirigindo ao nosso querido Deputado Cristo, Cláudio Abrantes, que é Presidente da Frente Parlamentar de Cultura nesta Casa.

Em primeiro lugar, eu queria dizer a vocês que estou estreando hoje como Líder do Governo. (Palmas.) Fico muito feliz de estreiar nesta reunião, nesta comissão geral.

Eu queria trazer aqui à prestação de todos vocês alguns dados. Em 2007, o FAC representava 7 milhões de reais. Com a Emenda à Lei Orgânica nº 52, que define 0,3% da receita corrente líquida para o fundo, ele pulou para 15 milhões. Este ano, são 49 milhões. A Lei Orçamentária, que acabou de chegar a esta Casa, destina, para o ano de 2013, R\$ 186.240.435,00 (cento e oitenta e seis milhões, duzentos e quarenta mil, quatrocentos e trinta e cinco reais), dos quais 73 milhões para a Secretaria de Cultura. Então, a totalidade dos recursos destinados à cultura é de 186 milhões e representa 69,73% a mais do que a receita deste ano.

Eu acho que esta discussão tem que ser feita à luz daquilo que alguns aqui já falaram: de clarificar quais são as políticas culturais que interessam a nós todos fortalecermos no Distrito Federal. É óbvio que o FAC foi uma conquista da classe artística, da produção cultural do Distrito Federal e tem que ser preservado como tal. O que se tem que discutir é como permitir que esse FAC seja democratizado, como é que ele pode ser descentralizado para que a gente possa, de fato, fomentar a produção cultural da nossa cidade. Esse é um debate que cabe ao conselho fazer, e acho que, quanto mais representativo for o conselho, mais autônomo for o conselho, mais ele poderá fazer essa discussão.

Eu entendo que Brasília, como Patrimônio Cultural da Humanidade, coloca uma oportunidade extraordinária para o Distrito Federal, a de ter, como eixos fundamentais para o seu desenvolvimento econômico e social, o turismo e a cultura. Portanto, a gente tem que fazer da cultura, sobretudo da economia criativa, uma possibilidade importante de desenvolvimento da nossa cidade. E acho que temos todos os elementos para isso.

Eu gosto muito de citar sempre nesses momentos de reivindicações, posicionamentos de determinados segmentos sociais, uma frase que ouvi do Movimento Sem Terra. Um líder sem terra falou uma vez para a gente, numa reunião lá no MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome –, assim: “Olha, governo e feijão, só panela de pressão”. E estou de acordo com isso, plenamente.

O governo – foram usadas palavras muito pesadas – saqueou, o governo expropriou. Como é que o governo expropria recurso público? Pode ser que tenha



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 10 2012	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	16

havido um mal-entendido de que naquele momento dever-se-ia usar esse dinheiro para outra coisa. Vocês se mobilizaram! Nós ajudamos. Vários Parlamentares desta Casa, entre eles o nobre Deputado Cláudio Abrantes, eu própria, vários outros, nos mobilizamos, inclusive Senadores, para que o governo revisse sua posição. E ele reviu, demonstrando certa sensibilidade para a causa da cultura. É isso que temos que continuar fazendo.

A Lei de Incentivo à Cultura que virá para esta Casa tem que significar mais aporte de recurso do que o que temos hoje. Para vocês terem uma ideia, se somarmos todos os gastos com a função cultura, hoje, o Distrito Federal aplica 1,37%; o Estado de São Paulo aplica 0,5%. Então, a Lei de Incentivo à Cultura tem que ser mais do que isso, porque senão vamos encolher, em vez de crescer. Essa é a disputa que vamos fazer. E não pensem vocês que vamos achar qualquer coisa boa! Vamos submeter essa lei ao debate com a classe artística do Distrito Federal, para que ela represente progresso, e não retrocesso – óbvio, é o que queremos.

Então, quero dizer a vocês que estamos aqui, nesta função difícil de ser Líder do Governo... É muito mais fácil ser Deputado da Oposição, não tenha dúvida. Eu gostava muito da vez anterior, mas agora tenho a responsabilidade de fazer essa interlocução com o governo – e a gente quer fazer da forma mais representativa possível – das necessidades e das demandas da nossa Capital.

Era isso que eu gostaria de dizer.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Esta Presidência gostaria de fazer alguns esclarecimentos. Eu gostaria de informar que o problema da falta de energia elétrica não é da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Já perdemos a *TV Legislativa* há algum tempo, mas agora essa questão é geral. Temos aqui, não sei se é um gerador que, inclusive, está funcionando para o som e para a imagem que está sendo projetada. Agora, pode ser que daqui a algum tempo, se a energia não voltar, fiquemos também sem o som, mas, da minha parte, não haverá nenhum problema, se não houver com os senhores e senhoras também, vamos no gogo mesmo.

Quero passar a palavra ao nosso querido amigo, coordenador do Fórum de Cultura, Maestro Rênio Quintas.

SR. RÊNIO QUINTAS – Boa tarde, Presidente, Deputado Cláudio Abrantes; boa tarde a todos os Parlamentares presentes e aos meus companheiros. Quero agradecer à Cia Artcum por trazer essa grande tamborzada para alegrar e celebrar o sermos artistas. Estamos aqui porque acreditamos que a arte é uma ferramenta de desenvolvimento humano, e que ela se verbaliza, sem necessidade de burocracia, ela faz a vida ser melhor de ser vivida. Esse é o grande fundamento da nossa existência



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 10 2012	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	17

e esse é o grande fundamento dessa guerrilha que a gente abriu diante da possibilidade de o governo fazer uso dos recursos do FAC de forma equivocada, como pretendia. Mas eu já tinha cantado essa pedra antes. Em abril deste ano, logo após o aniversário, houve um contingenciamento do FAC, e nós fomos ao Secretário de Planejamento – o então secretário que depois deixou o governo – e ele nos falou: “Não, isso é só um movimento contábil, não precisa se preocupar, esse direito é intocável, porque o fundo é legal, e no Fundo da Cultura ninguém vai mexer”. Passaram-se seis meses, tentaram novamente.

Esse é um governo aliado da cultura, nós elegemos este governo, eu votei neste governo, acreditei que era possível se cumprir aquelas determinações que estavam nos trezes pontos, e fui, como o Chico, surpreendido com esse retrocesso e com o discurso do governo. Quando você vai à mídia e observa que vão discutir a LOA, a palavra cultura não aparece em lugar nenhum, em nenhuma fala do Governador, em nenhuma fala de nenhum membro do núcleo central do governo, ela não existe no calendário. Então, esse movimento serve para que a gente coloque a cultura na pauta do Governo do Distrito Federal. Graças à Deputada Arlete Sampaio, que é a pessoa que está na Liderança do Governo nesta Casa, que é quem vai fazer essas leis e quem vai determinar que esses recursos sejam encaminhados de forma correta. Então, o fundamental é isto: temos que colocar no núcleo econômico do governo esse olhar para a cultura.

No sistema distrital de cultura, que é uma coisa que nós sonhamos no evento cultural quando estávamos olhando o governo como inimigo, pois ele era inimigo nos últimos vinte anos, eu tive a oportunidade de ler uma minuta que me assustou muito, porque o sistema distrital de cultura não fala de arte. É como o Chico falou, é apenas um movimento do Estado para fomentar um determinado caminho para utilizar-se dos recursos da arte para encaminhar as coisas, sem pensar em cultura, sem pensar na arte, sem pensar no artista. Não há artistas no sistema distrital de cultura. Então, há esse entendimento do fazer cultural, e isso é fundamental para que seja permeável junto à legislação que será feita, assim como precisamos alicerçar uma legislação que não seja permeável a ataques como esse. Se um governo aliado teve espaço para algum advogado muito inteligente observar os furos que a lei do FAC tem e tentar esse ataque, que foi real, não há tergiversação. Foi fato que, se não reagíssemos como reagimos, nós não teríamos o FAC que hoje temos. Essa fonte de recursos estaria definitivamente sepultada na nossa Capital.

Tudo bem que a Lei de Incentivo iria compensar. Os números que a senhora traz, Deputada, são muito importantes, mas não traduzem o desenvolvimento que a gente percebe na cultura. A cultura hoje continua sitiada, continua ilhada. Os administradores de cultura regionais e os seus gerentes de cultura não propiciam



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 10 2012	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	18

uma relação sadia com o movimento cultural. Eles ainda são perseguidos. As pessoas montam circos nas ruas e ainda são preteridos. A Ópera do Jorge Antunes foi proibida de tocar em determinada praça da Ceilândia pelo então administrador daquela cidade. Nós tivemos que fazer um protesto, tivemos que encaminhar... Poxa, este é um governo aliado e o administrador proíbe a Ópera do Jorge Antunes em uma determinada praça, alegando que havia muito traficante naquela vizinhança e que era perigoso! Ora, pelo amor de Deus! A cultura está vindo exatamente para dialogar com essa sociedade que está doente.

Então, quando o governo compreender que hoje o que vivemos de índices de violência, de estupidez a que a gente assiste, de um recrudescimento da desumanização da sociedade, a única possibilidade é que a cultura e que a arte sejam utilizadas como ferramentas de desenvolvimento humano para que dialoguemos com essas coletividades. Não há mais conversa. Ninguém mais aguenta papo furado (palmas), porque, quando chegam para falar, as pessoas só falam na época da eleição. Porque quando está na época de governar, fica tudo contra a população, a sociedade fica abandonada, só se vê sirene de polícia, só se vê os caras virando malandro e os tiros pipocando na periferia. Não há uma aproximação. Como o Chico falou muito bem, o governo é que tem que ir à sociedade. Este é um governo aliado. Nós lutamos para vencer esse atraso que vivemos nesta cidade durante vinte anos. E, agora, estamos cercados, observando que há uma estrutura de Estado muito mais forte do que apenas a boa vontade de algumas pessoas que fazem parte deste governo. Existe muita boa vontade, mas existe todo um lado reacionário e conservador que segura o movimento cultural, segura a possibilidade de desenvolvimento das pessoas e das propostas de políticas públicas que podem vir. Então, a tarefa é árdua.

Compreendo que, nesta Casa, como a Casa das Leis, vamos provocar esse sentimento para que nos aproximem do núcleo do governo. Nós queremos conversar com o Secretário da Fazenda, queremos conversar com o Secretário do Planejamento. Não queremos intermediários. Queremos ir lá falar com eles para tentar entender por que eles tentaram pegar o dinheiro do FAC. Por que o senhor fez isso? Então, é preciso entender que pensamento tem um cara que trabalha em um governo de esquerda, democrático, popular, de querer assaltar o FAC. É inaceitável. Não interessa sob que argumento. "Está sem dinheiro". Não interessa. Amigo, isso é questão de princípio. Nós lutamos vinte anos para conquistar isso aqui e obtivemos uma vitória do movimento cultural. Esse recurso não existiria se não fosse o FAC. Então, é esse olhar que esta Casa propicia, porque esta Casa é democrática, e temos esse acesso aqui. Essa relação direta tem que ser alicerçada com o Executivo. Nós sabemos das distorções que cabem nessa lei de incentivo. E nós já tivemos notícia de que houve reuniões de gabinete com o senhor Governador e algumas lideranças



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 10 2012	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	19

dos grandes produtores, já relacionando essa Lei do Incentivo à Copa do Mundo e à Copa das Confederações, que vêm aí, sem que nós sejamos ouvidos. Nós não sabemos. Que Copa do Mundo é essa? A gente só vê o Mané Garrincha subindo ali. A gente não sabe o que vai acontecer. A gente não sabe de que nós vamos participar. Será que a gente vai ter que fazer em Brasília outra Copa anos 50 para poder participar? (Palmas). Não é? Não é possível. Agora temos um governo aliado; então, a gente acredita que esse diálogo que se abriu diante desse ataque que se fez é fundamental para que a gente alicerce um novo tempo, um novo marco regulatório e inaugure para que as pessoas recebam os artistas nos gabinetes.

Nós fomos recebidos pelo Governador no Palácio e houve um desencontro terrível. Parecia que existia alguma coisa estranha no ar, uma gelatina, porque a gente representava um movimento social, mas existia uma gelatina, uma coisa estranhíssima. A burocracia do Palácio se confundiu. Aí, a gente foi para uma sala e para a outra. E aquela coisa agoniada. Todo mundo agoniado. Fomos para uma sala ocupada. Uma coisa, assim, que não tem sentido, dentro do governo aliado. Eu encontrei o Governador Agnelo ali na Praça do Museu da República, fiz um show ali para o pessoal das bicicletas, com o Tavinho, com a maior naturalidade. Mas, quando se chega ao Palácio, há uma gelatina, há todo um cerco, há toda uma história que não permite que o movimento social chegue perto do Poder.

Então, acho que o grande avanço que a gente obteve, além dessa vitória fantástica de cada um de vocês e de cada um de nós em não permitir esse avanço, foi a possibilidade de inaugurar um novo tempo de diálogo profundo e de frutos fantásticos que a gente vai colher, se Deus quiser. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Obrigado, Rênio.

Quero informar que já consultei o pessoal do som, Sr. Augusto, e os microfones funcionarão até por doze horas. Então, vamos encomendar umas velas para fazermos uma comissão à luz de velas. (Risos.) O Rênio já está dando uma sugestão de um luau. O carpete não nos deixa fazer uma fogueira, mas...

Concedo a palavra ao nosso querido ao Secretário Adjunto de Estado de Cultura, Sr. Miguel Batista Ribeiro Neto.

SR. MIGUEL BATISTA RIBEIRO NETO – Quero cumprimentar a Mesa em nome do Exmo. Sr. Deputado Cláudio Abrantes, que também lidera a Frente Parlamentar pela Cultura e é um aliado de primeira ordem na Câmara Legislativa. Graças ao esforço de Parlamentares como o Deputado Cláudio Abrantes, a Deputada Arlete Sampaio, o Deputado Chico Leite, que estava aqui agora há pouco, o Deputado Prof. Israel Batista e outros, muitos outros, a Deputada Eliana Pedrosa, o Deputado Wasny de Roure, que estava aqui agora há pouco, nós já contamos com o apoio de vários Parlamentares que têm contribuído para pautar a cultura num outro



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 10 2012	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	20

patamar das políticas públicas. Eu acho que não dá para desconhecer os diversos avanços que a Secretaria de Cultura tem tido neste governo desde 1º de janeiro de 2011. A Secretaria de Cultura cresceu muito e isso é muito importante para todo o campo da cultura.

O funcionamento que o FAC tem hoje... A despeito das alterações que precisamos fazer em procedimentos – porque concordamos que grande parte dos procedimentos que fazemos hoje foi obrigado pela lei que nos responsabiliza institucionalmente e pessoalmente –, acho que não dá para desconhecer os avanços que nós tivemos na descentralização desses recursos, na ampliação do acesso a esses recursos, porque também é importante que um fundo que sirva à política pública, como bem lembrou o companheiro Manzatti aqui, deva se universalizar ao máximo. A gente tem perseguido, sim, maior acesso dos artistas de todo o Distrito Federal ao Fundo de Apoio à Cultura do Distrito Federal. E os números provam. Os números não são só números; são artistas, produtores culturais que se integram – eu acho – a esse grupo muito qualificado que tem representado a produção artística e cultural do Distrito Federal pelo FAC. E nesse sentido, eu queria agradecer e parabenizar o movimento cultural pelo vídeo, porque eu acho que é um vídeo promocional do FAC.

Com esse vídeo promocional do Fundo de Apoio à Arte e à Cultura, Rênio, eu não creio que alguém aqui possa discordar, ninguém. Quem acompanha a existência do fundo, como nós acompanhamos desde o início, só tem que aplaudir a produção. Eu estive com outros Parlamentares na sexta-feira para conhecer um projeto executado pelo FAC em Taguatinga. Fomos convidados para acompanhar, conhecer um lindo projeto.

Eu não tenho dúvida de que o FAC hoje representa o melhor da produção cultural, porque se constitui como um instrumento mesmo, um instrumento melhor qualificado. Para a política pública, não temos outro como o FAC.

Eu queria aproveitar essa deixa para informar a todos, para informar aos Parlamentares que nós estamos disponibilizando ao movimento cultural... Estivemos ontem no Conselho de Cultura em uma reunião do Conselho Pleno – ontem ou anteontem, já não me lembro bem, acho que foi ontem. Quero aproveitar também para destacar a presença de conselheiros do Conselho de Cultura, inclusive de representantes da sociedade que estão aqui presentes. Destacar a presença deles é importante. Eu acho que o Conselho de Cultura deve cumprir uma função muito maior do que essa, que é de analisar projetos. Não é qualquer coisa, não. Porque graças à análise desses conselheiros da sociedade, que trabalham muito além da conta dos seus trabalhos, é que o número de projetos cresceu muito em 2011. É graças a eles, ao esforço deles, que nós estamos conseguindo, a despeito de todas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 10 2012	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	21

as dificuldades, aprovar muito mais projetos do que aprovávamos. E eu queria agradecer a esses conselheiros que estão aqui também.

Eu queria informar que nós estamos encaminhando uma discussão, que já caminha na Câmara, uma construção que está sendo apresentada ao Conselho e, em seguida, será apresentada à sociedade civil, que é a lei que cria o Sistema de Cultura do Distrito Federal. Essa é uma lei que nós perseguíamos. Por quê? Porque ela articula as diversas peças, inclusive, as coordenações regionais de cultura. Nós temos que chegar também à instância da cultura local nas cidades, mas não é só isso. O Conselho de Cultura, a lei que criou o FAC, o decreto que regulamenta o FAC e diversas outras leis que tocam no sistema cultural devem ser alteradas, e alteradas a partir do olhar e da contribuição de todos os movimentos artísticos culturais da cidade. E esse calendário está sendo disponibilizado agora. Nós já estamos discutindo, inclusive, com a indicação também dos movimentos sociais, o plano decenal de cultura. Essa discussão está bem adiantada institucionalmente na Secretaria de Cultura com um grupo de trabalho nomeado pelo Secretário. E o Sistema Distrital de Cultura pauta todas essas discussões, Marbo. Eu acho que nós temos que ter mesmo uma alteração geral da norma para que os procedimentos sejam mais céleres.

Eu estou em uma Casa de Leis, e nós somos fiscalizados por esse Poder, não à toa. Eu acho que nós devemos articular celeridade em processos administrativos, mas não com permissividade. Nós encontramos um ambiente de permissividade e não podemos pactuar com ele porque isso depõe contra essa política pública. Eu acho que a Secretaria de Cultura tem cumprido um papel, e temos ouvido essa crítica. É bom dizer para todo o movimento cultural que eu, como representante da Secretária de Cultura, não posso me furtar a isso, porque tenho ouvido essa crítica. Temos a ouvido em diversos fóruns e temos tentado, no marco legal em que nos encontramos... Já conseguimos muito, Pedro Lacerda. Não podemos esquecer o que temos conseguido, porque isso nos faz parecer derrotados. E não só aqueles que ocupam aqueles lugares, porque muitos dos que estão naqueles lugares lutaram muito para que isso existisse. E eu não me considero um derrotado quando olho o que está acontecendo. Pelo contrário, há muitos avanços, sim, conquistados em um ano e meio apenas.

Eu acho que uma política de financiamento que se estruture melhor, com uma lei de incentivos que seja fruto mesmo, Manzatti, de um acúmulo de discussões do movimento cultural a partir do que enxergamos na Lei Rouanet... que parta mesmo daí. Nós temos de combinar melhor o jogo com o parlamento no que diz respeito às emendas parlamentares. Nós temos de encontrar um marco normativo que nos coloque em uma situação melhor para discutir emendas parlamentares. E claro, temos de discutir muito, de forma mais aprofundada, o orçamento da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 10 2012	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	22

Secretária de Cultura do Distrito Federal, além de outras fontes de recursos que a Secretaria tem de articular, que ela tem de captar como o Governo Federal. O Ministério da Cultura, hoje, é uma fonte de emendas parlamentares por meio do fundo, que nós estamos, desde janeiro... Eu tive a oportunidade de conversar com o Senador Rodrigo Rollemberg para informá-lo de que não é bem assim, de que a Secretaria não deixou de estar no Ministério da Cultura desde a primeira hora. Estivemos lá para conseguirmos, até hoje, 2 milhões e poucos conveniados realmente. Então, não é verdade que a Secretaria da Cultura esteja se omitindo em relação aos recursos disponíveis nos ministérios e destinados a esses ministérios pela nossa bancada no Senado e na Câmara, independentemente da cor partidária que têm esses Parlamentares. Não é verdade que temos nos omitido porque estamos, sim, disputando esses recursos.

Por fim, eu quero agradecer mesmo aos movimentos culturais, aos diversos representantes do movimento cultural que fazem a boa crítica, fazem a boa disputa e, com essa crítica e essa boa disputa, fortalecem a Secretaria de Cultura e o campo da cultura verdadeiramente.

É preciso reconhecer isso, Rênio, porque discordo de algumas opiniões que nos colocam em campos diferentes. Nós estamos em posições diferentes de atuação, mas não quero perder o passado que eu tenho no movimento cultural. E muitos companheiros que estão hoje na Secretaria de Cultura, inclusive o secretário, que já foi secretário em outro momento, e ótimo secretário... Então, não há de se pensar que essas coisas se desfaçam rapidamente. Eu desconfio dessas coisas muito rápidas, muito ligeiras. Porque o nosso interesse em relação à política cultural no Distrito Federal tem profundidade, sim, e nós temos discutido sobre ela. Não é verdade que não existe diálogo. E eu creio que esse diálogo se aprofunda nas dificuldades. Aprofundou-se mais naquela dificuldade e acho que deve se aprofundar muito mais.

A Câmara Legislativa, por meio dos Parlamentares que compõem essa frente e por meio de outros Parlamentares, é peça fundamental para nós.

Eu quero aqui destacar e agradecer o apoio que nós temos recebido da Câmara Legislativa por meio desses Parlamentares que compõem a frente. Porque não é apenas na defesa de posições tópicas de governo. Nós estamos tocando em muitas coisas que parecem ser as mesmas quando falamos de burocracia. A gente encurtou demais. É uma abreviatura que não dá conta de falar de tudo. É preciso reconhecer que a burocracia atrapalha mesmo em muitos momentos. É preciso reconhecer a necessidade dela, em vários momentos, para a gente não parecer permissivo quando quer ser apenas justo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 10 2012	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	23

Por fim, agradeço a presença de todos vocês e a oportunidade de estar mais uma vez aqui na Câmara Legislativa, uma Casa que tem nos acolhido e nos apoiado sempre com essa sensibilidade.

Obrigado, Cláudio.

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Obrigado, Miguel. Vamos cancelar as velas pelo menos por enquanto. Quero informar, antes da Deputada que fará uso da palavra e, logo em seguida, do último orador da Mesa, que nós temos sete companheiros inscritos. A gente solicita que permaneçam aqueles que puderem, porque o debate que vem do Plenário é muito interessante e os componentes da Mesa estão aqui para responder as interloquções que serão feitas.

Quero informar, também – não tenho a data de cabeça, o fórum poderia até nos ajudar nesse sentido –, que será realizado, provavelmente, segundo está sendo informado aqui, no dia 26; na sexta, 27, e, talvez, dia 28, um seminário para discutir a cultura do Distrito Federal, inclusive com os instrumentos em parceria com a Secretaria de Cultura, com o movimento cultural e com a Câmara Legislativa do Distrito Federal. Precisamos acertar para disponibilizar o espaço aqui na Câmara para esse seminário.

Concedo a palavra à nossa amiga defensora da cultura no Distrito Federal, que está na luta conosco, a Vice-Presidente da Comissão de Educação e Saúde, Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – O meu boa-tarde a todos e a todas, em especial a todos os representantes da cultura que vieram hoje à Câmara Legislativa para discutir esse tema importante que é o Fundo de Apoio à Cultura e outros instrumentos também que estão à disposição para alavancar a cultura do Distrito Federal. Cumprimento especialmente o meu colega aqui de Câmara Legislativa, que está conduzindo com maestria a Frente Parlamentar de Apoio à Cultura, que é o Deputado Cláudio Abrantes. S.Exa., desde muito tempo, participa daquele grande teatro ao ar livre em Planaltina. Eu acho que ele trouxe bem dentro dele que a cultura tem que ser acompanhada, porque talvez seja o nosso maior patrimônio. O que nos diferencia dos animais é estarmos realmente ligados à cultura. É isso que nos faz seres humanos, é isso que nos dá esse sentimento, que nos dá paixão e que nos dá o envolvimento com a vida. E quero cumprimentar os demais representantes da Mesa, em nome do meu amigo Rênio Quintas, que está sempre me acompanhando, produzindo os *jingles* da minha campanha. A gente tem dialogado em muitos momentos, não é, Rênio? Como foi bem lembrado, parece que há membros do Conselho de Cultura aqui, e a gente não poderia deixar de agradecer também a presença de vocês e a maneira como vocês têm feito esse aumento de análise como foi relacionado aqui.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 10 2012	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	24

Quero ser muito breve. Em primeiro lugar, quero parabenizar todo movimento cultural por essa reação imediata, por essa busca imediata do diálogo, da interlocução com a Câmara Legislativa e com o Poder Executivo, quando percebeu que o FAC estava sendo ameaçado com o desvio de finalidade, mostrando que a união e a força que têm os movimentos sociais mudam decisões já tomadas em qualquer que seja o âmbito. E essa é a beleza da democracia, não é, Deputada Arlete? Já que seremos as duas únicas mulheres a nos pronunciar aqui hoje nesta plenária, pois só há homens inscritos. Então, essa é força da democracia. Quando vocês fazem isso, não estão fazendo apenas para o movimento cultural, estão mostrando a todo o Distrito Federal que é através da participação, do diálogo, da busca do diálogo que nós vamos ter as nossas conquistas, exatamente isso, exatamente!

Quero, então, parabenizá-los porque a vida de artista não é fácil. A vida de quem está na cultura não é fácil. É difícil você conquistar uma verba, você conseguir fazer um *show*, apresentar um trabalho, ter um espaço para apresentar o trabalho. Tirar esse tempinho e pensar: “Não, espera aí, agora tenho de ir à Câmara discutir, tenho de ir ao Palácio ver a gelatina”, qualquer coisa que seja. É isso aí, gente. Então, quero parabenizar cada um de vocês por esse movimento.

Segundo, quero destacar aqui o que falou o Pedro Lacerda sobre a importância desse diálogo com a Câmara Legislativa. Aqui é a Casa, enfim, onde as leis são finalizadas. Algumas são concebidas aqui, são da lavra de Deputados, outras, na maior parte, vêm do Poder Executivo, mas a formatação final é decidida aqui. É muito importante que a Câmara Legislativa não perca esse diálogo, já que estamos falando de cultura com os movimentos culturais. Espero que vocês percebam a importância desta Casa, de ela estar envolvida em todas as etapas desse processo, não apenas na feitura das leis, mas também na fiscalização da aplicação das leis, na maneira como todo esse processo se dá.

Eu quero aproveitar para fazer aqui um pedido de desculpas, porque a Câmara Legislativa tem sido muito reativa. Essa é a verdade. Nós estamos ainda em um processo, dentro da nossa Casa, de aprendizado, de nos colocar um pouco à frente, de perceber o cenário que temos e tomar as iniciativas. Peço desculpa, porque a Casa ainda é muito reativa. Mas vamos aproveitar esse movimento que surgiu em relação a essa mudança de destinação do FAC – ou tentando ampliar o FAC a outras atividades, com isso, diminuindo aquilo que era destinado efetivamente à cultura —, não é, Deputado Cláudio, Deputada Arlete, outro colegas aqui da Câmara, para fazermos a reflexão de que nós devemos ter realmente na nossa Frente Parlamentar de Apoio à Cultura um espaço não apenas para a gente analisar o que está posto, mas para ver o que podemos também, ouvindo vocês, apresentar de proposição, de avanços.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 10 2012	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	25

Vamos aproveitar a chegada da Lei de Incentivo à Cultura. Quem sabe a gente possa fazer esse exercício. Há este seminário ao qual o Rênio está se referindo. Ele está anunciando que será possivelmente agora já no final deste mês. Espero que, efetivamente, nós possamos aproveitar esse caldeirão de ideias que vão surgir, para que a Câmara Legislativa dê uma resposta mais à altura do que precisa, não apenas ao movimento cultural do Distrito Federal, mas a toda a sociedade do Distrito Federal, a todas as comunidades das nossas cidades, a essa juventude toda que anseia por um espaço de participação, seja fazendo cultura, seja absorvendo cultura, para que não tenha de buscar refúgio em ações, em atitudes que levam à depressão, que levam à perda da saúde e que levam, inclusive, à perda do seu próprio reconhecimento como ser humano.

Então, deixo essas considerações. Eu só diria que a gente tem de juntar mais as coisas, a gente tem de discutir. Temos as empresas públicas, que têm patrocínios. Só para dar um exemplo, este ano, o BRB aprovou quinze projetos de patrocínio, e apenas dois foram para a cultura. A gente tem de fazer uma interlocução com as empresas públicas e dizer: "Vamos equilibrar esporte com cultura. Ambos são importantes!" Você vê que há uma avenida de coisas para a gente pensar, e a gente ainda está tateando nesse movimento que surge hoje no Brasil por intermédio de uma lei federal, a Lei da Transparência, que é muito importante e que devemos aprender, ler. Que esses números e esses programas, essas ações estejam disponibilizadas numa linguagem em que o cidadão comum possa entender e efetivamente participar, exigindo a aplicação dos seus direitos.

É com essas pequenas considerações que encerro minha fala. O PSD, partido ao qual pertencço, um partido novo, que fez um ano há poucos dias, está empenhado em entrar na discussão sobre a cultura. Devemos, inclusive, iniciar um ciclo de debates dentro do próprio partido. Eu já ofereço esse espaço a todos os participantes da Mesa que quiserem apresentar temas e sugestões de palestrantes ao nosso partido, que começa a tomar corpo no Distrito Federal, até para poder fincar as bandeiras da cultura. Eu o deixo aqui à disposição de cada um de vocês. Devemos começar esse ciclo de palestras ainda neste mês de outubro ou no início de novembro. Todos os meses, teremos palestras dentro do instituto do nosso partido.

Eu quero deixar esse espaço para que vocês não percam a oportunidade de falar não apenas para aqueles que são Parlamentares hoje, mas para aqueles que, futuramente, poderão ser os representantes de vocês nesta Casa, no Congresso Nacional. E também um espaço aberto para a cidadania, um espaço aberto para a cultura.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 10 2012	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	26

Deputado Cláudio Abrantes, continue neste caminho. Tenho certeza de que a sociedade haverá de reconhecer este trabalho de V.Exa., que é de muita importância e é feito com muita excelência.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Muito obrigado, Deputada Eliana Pedrosa.

Ainda bem que não cancelei as velas. Elas estão encostadas ali.

Concederei a palavra ao último orador da Mesa. Volto a pedir, até para podermos ouvir também os companheiros que falarão do plenário, que permaneçamos o máximo possível no plenário, para continuarmos o debate.

A Assessoria me informou que temos uma data pré-agendada para o dia 8 de novembro, para discussão da Lei de Incentivo. Logicamente, usaremos depois as redes sociais e os meios adequados para informar à classe cultural, para ela fazer esse debate da Lei de Incentivo. Assim que ela chegar a esta Casa, assumiremos o compromisso, Rênio, pela Frente Parlamentar, de encaminhar a mensagem ao movimento cultural, para que tirem suas conclusões, deem sugestões e possamos vir ao debate já conhecendo a lei.

Concedo a palavra, para prestar esclarecimentos, ao Subsecretário de Fomento da Secretaria de Cultura, Sr. Leonardo Hernandes.

SR. LEONARDO HERNANDES – Boa tarde a todos e a todas. Boa tarde, Deputado Cláudio Abrantes. Que se faça luz, em nome de Jesus. Tendo Jesus com a cultura, estamos bem. Agradeço a V.Exa., Deputado. Agradeço também à Deputada Arlete Sampaio e parabeno-a pela posição de Líder – minha Líder, boa sorte, força nesta tarefa; competência eu sei que V.Exa. tem de sobra. Agradeço também à Deputada Eliana Pedrosa, ao Deputado Wasny de Roure e ao Deputado Chico Leite, que estiveram aqui. Os Deputados são muito simpáticos. Nenhum Deputado dirá que não gosta de cultura ou que não se preocupa com a cultura. Eu sempre digo que são preciosos os Deputados que se ocupam com a cultura, que passam a tarde sentados na comissão participando do debate, que fazem, legislam e trabalham pela cultura.

Saúdo meus colegas da Mesa: o Secretário Adjunto, Sr. Miguel Ribeiro, a quem agradeço pela possibilidade de eu falar agora, e meus colegas artistas.

Estamos tratando aqui da difícil relação do Estado com uma atividade humana que surgiu muito antes da ideia de Estado, muito antes da ideia de governo, de mercado e de moeda. Essa relação, muitas vezes, é conflituosa. Arte e cultura são expressões que, em si mesmas, são fugidias a regramentos, a definições. A palavra cultura, o termo cultura tem mais de 120 definições. Para o Estado, lidar com uma



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 10 2012	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	27

atividade como essa, encaixá-la em suas leis, em seus editais, é um desafio que se constrói todos os dias. O Estado brasileiro, em particular, tem muitas dificuldades de lidar com essa atividade. Na verdade, o Estado brasileiro, como foi dito aqui já por algumas pessoas, tem muita dificuldade de lidar com as expressões mais populares da sociedade. O Estado brasileiro é patrimonialista, é segregador, está preparado para lidar com o grande capital e não com as atividades informais, com essa capilaridade que a população brasileira é capaz de produzir.

Foi exatamente no Governo Lula, como foi lembrado aqui, que isso ficou mais forte, porque, quando um governo inicia uma ação de dar protagonismo, de olhar exatamente para este País e fazer a política pública chegar a esse lugar, é então que esse Estado brasileiro, moldado não para essa camada da população, revela-se mais agressivo e reage contra essa ação. Nós vivemos isso nesses últimos anos. Os pontos de cultura, como foi lembrado aqui, são um exemplo disso. Hoje nós temos muitas entidades que estão criminalizadas. O terceiro setor foi criminalizado no País exatamente por políticas do Governo Lula que olharam para esse setor. Entraram de cabeça nessa proposta e hoje são criminalizados por conta de leis que não estão preparadas para dar protagonismo a esses setores da sociedade.

Para nós aqui no Distrito Federal, é um desafio dar conta de cumprir nossos compromissos de campanha, de criar novos pontos de cultura exatamente por essa dificuldade. O Ministério da Cultura está estudando, redesenhando como fazer novos pontos de cultura. Nós estamos, então, parados, porque nós não queremos repetir esse modelo. Nós queremos avançar. Então, nós precisamos ser muito mais criativos.

Nós estamos falando aqui da famigerada Lei Geral das Licitações. Ela é uma lei geral. Isso significa que nós podemos construir as nossas leis específicas, as leis estaduais, as leis para setores. E nós estamos na Casa das leis. Então, é urgente criar uma lei específica para a cultura, para dar conta desse redemoinho de expressões e forças, de beleza, que fez pulsar este País nestes últimos anos, que se revelou pelas ações que o Ministério da Cultura realizou nos últimos dez anos. Essa força emergiu de um Brasil profundo, que não se contenta com os restos de um mercado cultural decadente, de um consumo alienado. Ele quer construir suas próprias alternativas, sua forma de fazer, de ser, de estar. Quando um governo democrático e popular assume a gestão de um lugar, a cultura se aquece, aparece, fortalece-se, e as reivindicações são ouvidas com mais volume. Isso é natural, bem natural. Isso acontece em todo lugar em que um governo democrático e popular assume, porque é um governo em que existe um diálogo, é um governo em que se fala a mesma língua. Pode haver discordância, pode haver até disputa, porque decorrem de posições diferentes. Mas o momento que estamos vivendo hoje seria impensável há cinco anos. O nível de debate, os temas abordados, a perspectiva de termos o sistema distrital de cultura, uma lei de incentivo, uma reforma do FAC



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 10 2012	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	28

somente podemos discutir neste governo, assim como aconteceu, respeitadas as diferenças, há doze anos.

O FAC que encontramos era um exemplo da devastação política e administrativa que acometeu o Distrito Federal nos últimos anos, um cartório do século XIX, descontrolado, desorganizado, com completa falta de gestão e de projeto político para orientar os vultosos recursos que passou a operar a partir de 2008. Nós temos que dar, sim, objetivos, metas, indicadores para esses recursos. Nós não podemos simplesmente reproduzir a lógica de produzir apenas produtos artísticos aleatoriamente, atender a uma demanda sem dar um fluxo para isso, sem dar uma orientação, sem planejar o que queremos e onde queremos, sem olhar para a cidade como um todo, sem olhar para os equipamentos, para o sistema de cultura. Esse recurso é fundamental para injetar energia nesse sistema.

Então, empreendemos uma reconstrução que ainda não terminou, mas que caminha a passos largos. Essa reconstrução passa desde a mudança de móveis, a retirada de divisórias... Quem frequenta a Secretaria de Cultura percebe isso. Era um espaço árido, um espaço difícil, onde o grande problema dos servidores eram os artistas e o grande problema dos artistas eram os servidores. Em vez de serem a solução, eram o grande problema. O FAC era o lugar para aonde iam os servidores problemáticos da Secretaria de Cultura. Era uma espécie de limbo.

Essa reconstrução também passa pelo FAC, que era uma coordenadoria e hoje é uma subsecretaria, que tinha quatorze funcionários e hoje tem vinte e dois, que são absolutamente insuficientes para darem conta dos recursos. Mas isso demonstra a prioridade interna que a Secretaria dá ao FAC. A prioridade, hoje, da secretaria é fornecer servidores ao FAC, para que ele dê conta do seu serviço. Mas isso só será superado mesmo com concurso público, que – tenho certeza – se aproxima. Já foi publicado o concurso para a orquestra sinfônica – isso tem que ser destacado –, e o concurso para a secretaria também sairá neste ano. Tenho certeza de que o governo está resolvendo problemas finais para publicar o edital. Criamos uma Diretoria de Programa de Fomento, que desenhará os programas, as políticas, as diretrizes. Criou-se um programa de passagens aéreas. Não sei se todos sabem, mas temos, hoje, um programa de passagens aéreas que permite o deslocamento dos artistas do Distrito Federal para qualquer lugar do planeta, em um prazo de 65 dias. Isso não tem parâmetro em lugar nenhum do País. Nem o Ministério da Cultura consegue, nesse prazo, receber e analisar uma proposta e fazer o depósito na conta do artista, possibilitando que ele vá pagando não só as passagens, mas também suas diárias, para participar de qualquer evento no mundo. Nós temos esse recurso. São 840 mil reais anuais para viabilizar as passagens dos artistas. É um edital que está aberto o ano todo. Não existia, foi desenhado neste ano.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 10 2012	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	29

Criamos uma diretoria de indicadores culturais, fundamental para se construir uma política pública responsável. Os recursos do FAC não têm memória. Não sabemos como foi feita a distribuição, nesses 21 anos, dos seus recursos do FAC. Para eu saber, exatamente, qual foi o recurso aplicado em 2010, a cada hora me aparecia uma planilha com números diferentes. Não temos segurança sobre nada do passado do FAC, pois não há memória. A gente produziu a primeira memória do FAC com os editais do ano passado, com a publicação que chegou aqui, aos Deputados, e que está disponível, por meio eletrônico, no nosso *site*, onde há todo o procedimento de como foram distribuídos os recursos do FAC nos editais do ano passado.

Temos também uma assessoria jurídica própria, para dar agilidade ao FAC, que elabora os editais. E também o Núcleo de Contrapartidas, que organiza e distribui os CDs, os livros. Estavam abarrotados os armários e os porões da secretaria. Todos os produtos dos artistas que tinham que dar como contrapartida seus CDs ficavam em armários. Fomos abrindo-os quando chegamos lá. As caixas de DVDs estocados na Secretaria de Cultura caíam, sem nenhuma gestão. Nem para a *Rádio Cultura* aqueles CDs iam. Esse Núcleo de Contrapartidas, hoje, faz a distribuição desse material e criou um programa de contrapartidas com a Secretaria de Educação, que organiza as contrapartidas nas escolas públicas. Os meus amigos artistas sabem que as contrapartidas eram feitas assim: os artistas tentavam fazer, a secretaria fingia que fiscalizava e assim ia. Ninguém dava valor a essas contrapartidas. Pela primeira vez, pedimos aos artistas que valorassem essas contrapartidas e criamos um departamento só para isso. O FestFac, que está acontecendo de hoje a domingo e reuniu mais de sessenta atrações dessas contrapartidas, é realizado por esse núcleo. Passamos a dar muita importância a isso. Criamos um *site* que disponibiliza informações, as decisões do conselho, o resultado dos editais e a situação da análise das prestações de contas dos artistas. É possível saber se você está ou não em análise. Esse *site* criou um volume tal de informações... Vamos ser sinceros: para saber por que o seu projeto não havia sido aprovado, você tinha que pedir favor para alguém lá dentro achar seu processo e ver por que ele havia sido rejeitado. Alguém lhe enviava um e-mail pedindo, por favor, para você não dizer que havia recebido aquele e-mail, para que você tentasse fazer um recurso ao edital do FAC. Hoje, isso é de uma transparência tal, que você tem acesso ao parecer, para recorrer. Você sabe como foi analisado o projeto do seu concorrente e pode recorrer contra essa decisão também.

Como isso tudo é muito novo tanto para a secretaria, quanto para os artistas, criou-se um volume de informações incrível. Quando se gera tanta transparência e tanto acesso a informações, isso causa um colosso. Nós não estávamos preparados. Os artistas e o conselho não estavam preparados. Vai



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 10 2012	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	30

demorar um tempo para nos estabilizarmos, para sabermos administrar, dar conta do volume de informações. Mas o nível de transparência que o FAC tem hoje – todos aqui devem concordar – está muito distante do que víamos nos anos passados.

O fato é que a organização e essa formalização do processo provocaram um regramento que não havia antes. É fundamental dizer que, quando cheguei ao FAC e me dei conta das tomadas de contas que a Controladoria realiza nas secretarias – hoje, a Secretaria da Transparência realiza isso –, a situação era absolutamente alarmante. Encontramos um FAC à beira de uma intervenção. Alertei o Hamilton, assim que me dei conta das tomadas de contas anuais, de que o FAC estava à beira da intervenção. O FAC era muito mal visto pelos órgãos de controle, pela Controladoria, pelo Tribunal de Contas, pelo Ministério Público, pelos Deputados, pelo governo como um todo, tal era o grau de descontrole que o regeu nesses 21 anos.

Então, eu queria dizer que temos de ter muito cuidado, porque, na palavra burocracia, cabe tudo. Temos que separar o que é a boa burocracia e o que é burocracia excessiva. Temos que cuidar dos excessos, temos que aprimorar, temos que melhorar. Todos nós, a sociedade e o governo. A briga é pelo rigor dos recursos públicos. Podemos ter a sociedade, os jornalistas, os Deputados contra o FAC, contra os artistas, se permitirmos o descontrole.

Está claro para mim que a maioria dos problemas que encontramos é de falta de noção de gestão dos recursos públicos mesmo por parte dos artistas. Mas é claro que há o espaço da má-fé. Há má-fé no FAC. Eu, que estou do lado de cá, que vejo agora os processos, que vejo as pessoas nos autos, percebo o detalhe das coisas. Temos que ter muito cuidado para que o discurso da burocracia não seja utilizado para se retornar ao grau de irresponsabilidade com o recurso público que vejo nos processos. E os artistas devem ser os primeiros a lutar pelo rigor com o recurso público. Nossa atitude é de responsabilidade com o recurso público, com esse instrumento que é tão caro e importante para os artistas e para a população. Isso é zelo pelo fomento à cultura e não burocracia desnecessária. Temos que ter claro que esta deve ser a nossa meta principal: o cuidado com o recurso público. Primeiro, que o FAC nunca foi regido por editais, mas por portarias, e isso deixava uma enorme brecha para que o secretário estabelecesse seus critérios, suas vontades, além de não cumprir ritos que protegem os proponentes. Os editais, os recursos, do jeito que estão, dão segurança jurídica aos proponentes. Na verdade, estamos arrumando problemas para nós, porque, do jeito que eram feitas antes as portarias, a falta de controle, ficava muito mais fácil para a administração fazer o que queria. O secretário podia aprovar os projetos que queria. Lembrem-se dos projetos especiais, fonte hoje de inesgotáveis problemas administrativos, que podem dar cadeia para muita gente que está ali.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 10 2012	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	31

Então, a estrutura que foi assumida é um trabalho árduo para nós, mas dá muito mais segurança para o FAC e para os artistas.

Também superamos a proibição da identificação dos artistas nos projetos. Muitos lembram que, em 2010, os artistas eram proibidos de dizer que eram eles que estavam fazendo aquela obra artística. Isso foi superado com uma tabela de pontuação, com critérios objetivos mais claros de pontuação em análise dos projetos, pela forma com que fizemos o processo da distribuição, com pareceristas e o Conselho de Cultura. Conseguimos demonstrar o que parecia impossível ao Ministério Público, que a impessoalidade não era não dizer o nome do artista, mas outra coisa. Conseguimos passar disso. Passamos a operar em eletrônico. É claro que ainda necessitamos de muitos avanços, mas é inegável que passamos a operar em outro patamar. Convencemos a Procuradoria a aceitar a tabela do MinC/FGV como tabela de referência de preços, diminuindo bastante a necessidade dos orçamentos nos projetos, o que reduziu muito a complexidade das planilhas orçamentárias – os artistas passavam muito mais tempo procurando orçamentos nas gráficos do que redigindo seus projetos. E tivemos avanços significativos em relação a 2011, na distribuição, na descentralização, na democratização do acesso ao FAC. A grande crítica era: sempre os mesmos ganham, e o recurso fica sempre no Plano Piloto. Os números que conseguimos apurar, a partir da Diretoria de Indicadores, foram os seguintes: dos que foram beneficiados em 2011, 61% nunca haviam ganhado recurso do FAC; e os recursos distribuídos nas cidades, pelas RAs – por exemplo, Brasília, Plano Piloto, Lago Sul, Lago Norte –, concentraram, em 2010, 65% dos recursos; com o edital de 2011, 22%. Taguatinga, em 2010, tinha 4,7%; com a nossa planilha de pontuação, chegou a 18,5%. Ceilândia, 3,2% em 2010; em 2011, 13%. Estrutural, que tinha 0,1%, passou para 4% em 2011. Isso para dizer o mínimo, citando alguns exemplos. Isso demonstra, sem sombra de dúvidas, que nós alcançamos uma descentralização. Isso só foi possível com uma tabela de pontuação que privilegiou as cidades com maior vulnerabilidade social. Neste ano, nós vamos pontuar também o proponente que vive nas áreas de maior vulnerabilidade. Isso é política pública.

É curioso que nós, quando fazemos a disputa com Rio e São Paulo, queiramos ações que preservem, que tragam recursos para o Distrito Federal. Brasília é Rio e São Paulo para a Estrutural, para a Ceilândia. Nós temos que proteger essas cidades. Brasília é a cidade mais desigual do País. Por que o discurso vale para Rio e São Paulo e não vale para as cidades-satélites? Eu tenho visto artistas indignados porque não querem se apresentar na poeira, perguntando: "Por que a pessoa que vive na Ceilândia merece mais ponto do que quem vive no Plano Piloto?". Eu me envergonho ao ver colegas com esse discurso, porque o discurso vale para Rio, para São Paulo, mas não vale para Ceilândia.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 10 2012	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	32

Eu queria dizer que estamos longe de estar satisfeitos. Precisamos avançar muito na simplificação dos editais, que ainda são muito complexos. Documentos, certidões e declarações são entregues várias vezes por falta de um sistema informatizado para o CEAC. Queremos avançar na simplificação da prestação de contas, realizar o certame de forma mais célere, criar outros mecanismos de apoio, de bolsas e prêmios. Somente com o novo decreto, atualizado, moderno, vamos ter o FAC mais próximo do desejado. Somente com esse novo regulamento, vamos afastar a visão da Procuradoria de que o instrumento jurídico correto para o FAC é o convênio, que nós estamos enfrentando com o atual edital. Continuamos mantendo o instrumento de contrato para o FAC, mas isso é insustentável. Temos que mudar o decreto do FAC para solucionar esse problema. Vamos poder efetivamente mudar o foco das ações culturais para a obra artística em si e menos para a papelada, mas isso sem perder o rigor com o recurso público, sem voltar a ter brechas e facilidades de que alguns se aproveitaram no passado.

A preservação do FAC é responsabilidade de todos. Essa ação de preservação não pode estar desarticulada das outras fontes de financiamento. Isso ficou evidente este ano. O movimento cultural precisa ficar atento ao orçamento da secretaria. Uma política estruturante só será possível com um orçamento capaz de realizar essa política. O FAC, este ano, vai editalizar – já está nas ruas –, 42 milhões de reais. É um valor recorde. O Governo do Distrito Federal tem o maior Fundo de Apoio à Cultura do País. Isso eu posso já falar com segurança porque eu já sabia que, dividido o valor pelo número de habitantes, nós já éramos o maior fundo do País. Estamos fazendo uma pesquisa, agora, com cada secretaria sobre fundos de apoio perdido, de orçamento direto, porque há muitos fundos que mesclam incentivo com recurso próprio. Nós somos o maior fundo, o Governo do Distrito Federal está garantindo o maior recurso da história para o FAC em 2012. No ano passado, já foi um valor de 35 milhões, dos quais foram captados 25 milhões. Neste ano, estamos em 42 milhões de reais.

Eu também queria fazer a consideração de que as pessoas carregam muito na tinta. Falaram que o governo queria assaltar ou usurpar o FAC. Isso é um exagero de linguagem, cá para nós, porque o que o governo queria fazer respeitava absolutamente os princípios do FAC. O que ele queria era, talvez, nas ações em que o governo historicamente aportava recursos diretos, fazer por dentro do FAC, mas, para isso, ele ia ter que fazer para os entes e agentes culturais do Distrito Federal. Seriam eles que iriam acessar os recursos e não outros. As escolas de samba também são artistas e estavam, Rênio, lá na outra sede da Câmara Legislativa, batendo tambor para ganhar o 0,3%, não é verdade? As escolas de samba ocuparam também o plenário. As escolas de samba são tão cultura e tão artistas quanto eu e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 10 2012	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	33

quanto você. Então, acho que merecem também acessar os recursos do FAC. Por sinal, a Aruc sempre fez bons projetos e sempre acessou os recursos do FAC.

Portanto, é preciso uma gestão responsável, que destine recursos baseando-se em diálogo, em informações, em indicadores e diretrizes claras. Não vamos abrir mão de discutir os recursos do FAC, não por pressões de movimentos mais ou menos organizados, mas, sim, por diretrizes, com negociação. Pelo conselho, sim, Marbo. O conselho participa da discussão de todos os editais, e os valores pactuados são mostrados, são negociados com todos os conselheiros. E, agora, baseados em indicadores que nós trazemos para esta discussão.

Avançar, sim. Vamos reduzir os excessos, as dificuldades, mas mantendo toda atenção e seriedade com o dinheiro público. Vamos juntos construir o FAC que queremos. Vamos trazer o novo decreto para discussão no seminário. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Obrigado, Léo. Eu quero aqui fazer referência a uma ligação que recebi hoje, mais cedo, do Deputado Washington Mesquita, que é o Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura. A Câmara Legislativa, nesta legislatura, criou uma comissão de cultura, porque antes a cultura, aqui na Câmara Legislativa, era considerada um subtema dentro da Comissão de Assuntos Sociais. Então, esta legislatura elevou a cultura a um grau de comissão temática, e o Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura é o Deputado Washington Mesquita, que me ligou mais cedo dizendo que não poderia estar presente em virtude de outros compromissos, mas deixou o apoio e colocou-se também à disposição de todos os artistas e produtores para este debate.

Nós vamos passar agora às falas dos membros do plenário. Eu vou falar o nome do próximo orador, e já do segundo também, para ficar a postos. Se quiserem fazer alguma pergunta durante a fala, podem encaminhar para qualquer membro da Mesa.

Vamos passar a palavra ao Adeilton Lima, primeiro orador inscrito, e, logo em seguida, ao Roger Madruga, que será o segundo.

SR. ADEILTON LIMA – Boa tarde. Eu fiz um documento que pretendo entregar à Mesa e depois vou encaminhar à Secretaria de Cultura, em que eu sintetizo tudo que penso a respeito dessa conjuntura sobre a qual nós estamos debatendo.

Antes, eu gostaria só de falar uma coisa: eu não faço coro com quem acha que a Secretaria de Cultura não tem responsabilidade sobre os últimos acontecimentos, que é só uma carimbadora do que o Executivo determina. Não. As pessoas que estão lá atualmente, algumas delas, até por saírem do nosso meio,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 10 2012	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	34

conhecem muito bem a nossa realidade. Então, não dá para aceitar uma posição, por um lado, de subserviência e, por outro, de omissão. Não. Tem que peitar. Tem que conversar com o Executivo. É aquilo: consulte-nos. Consulte-nos, até para que nós possamos apoiar a Secretaria de alguma forma. E não, simplesmente... Porque as mesmas pessoas que agora dizem estar defendendo a mudança de opinião do governo, a mudança de atitude, estavam antes defendendo a nota que o Governador Agnelo publicou. Então, não dá para entender esse discurso contraditório, não é? Vocês têm que, de uma vez por todas, definir de que lado estão, de que forma estão dialogando conosco.

Outra coisa. Infelizmente, eu li o panfleto do FestFAC – Festival do Fundo de Apoio à Cultura. Havia um pequeno histórico sobre o FAC e eu não vi, em momento algum, uma referência, Rênio, à nossa luta de conquistas. Não havia absolutamente nada. Parecia que o FAC, hoje, existe da forma como existe, com os recursos nos patamares que hoje existem... Parece que nós não batalhamos, que nós não lutamos tanto. Não havia qualquer referência. Então, omitiu-se um momento importante da nossa história de luta no panfleto do FestFAC. Eu acho isso um absurdo. E também na nota que a secretaria lançou quando da mudança de opinião do governo. Então, dizer que “forças dentro da secretaria se uniram para, junto com a sociedade, impedir que fossem direcionados para carnaval, ano-novo e *réveillon* os recursos do FAC...” Que isso! O governo só voltou atrás devido à nossa mobilização, nós é que fizemos o governo recuar. (Palmas.) Foi a nossa pressão, e não porque alguém lá dentro da secretaria... Nós fomos a uma reunião com o conselho em que todos eles estavam defendendo, naquele momento, aquela posição do governo. De repente, mudam de opinião, de uma hora para outra? Não consigo entender. Está confuso esse discurso da secretaria. Não faço coro com quem acha que “coitadinha da Secretaria, não tem recurso, não tem orçamento”. Mobilize-se! Vá à luta para negociar. Tem que ter competência para articular, para negociar.

O documento que escrevi, que vou apresentar à Mesa e depois encaminhar à secretaria, é o seguinte – há tempos repito a seguinte pergunta –: qual o projeto para a área de cultura do Governo Agnelo? Sempre que me deparo com as arbitrariedades governamentais da equipe de Agnelo Queiroz, em específico na pasta da cultura, repasso na memória as muitas promessas de sua campanha para o governo, ou seja, o velho blá-blá-blá de que cultura, saúde e educação são prioridades, os tais treze pontos prioritários, como se as demandas não fossem bem maiores que treze itens, hoje esquecidos, apenas para aludir ao número do partido do qual fazem parte.

Também fico observando os pseudoartistas, que nunca tiveram coragem de encarar a sobrevivência com o trabalho artístico e que hoje mamam nas tetas do penduricalho político, ocupando cargos DAS com gordos salários que eles jamais



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 10 2012	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	35

ganhariam com a bilheteria de seus trabalhos artísticos. Mas quais trabalhos? Ou mesmo com verbas do FAC. Será que eles teriam capacidade para encarar a burocracia que eles mesmos ajudaram a criar?

Vejo e ouço declarações dessas mesmas pessoas, como o Sr. Leonardo Hernandez, em debate recente no evento Satélite 061 – está gravado, está registrado em vídeo, é só conferir o vídeo –, de que artista tem que encarar o mercado e por à prova seu trabalho com a bilheteria, que o governo ou o Estado não tem que financiar produção artística e cultural. O que uma pessoa que pensa assim, Deputada Arlete, está fazendo à frente de uma subsecretaria de fomento? Cefalias como essas desconhecem o papel constitucional do Estado e o dever dos nossos governantes no que diz respeito às áreas básicas de qualquer sociedade, tendo a cultura e a educação como pilares. E isso vindo de gente que devia ter a obrigação de conhecer a realidade de quem trabalha com arte, educação e cultura. Declarações néscias, como essas, também desconhecem a natureza e a especificidade de determinadas linguagens, do trabalho de pesquisa, das condições de acesso da população, da arte como instrumento de educação, da formação artística e cultural do cidadão e cidadã. Coisas que exigem, sim, um olhar cuidadoso por parte do Estado, inclusive através do financiamento como retorno dos impostos que todos nós pagamos. Ao mercado, o que é do mercado, o que é próprio do mercado, o *show business*, a indústria cultural. Obviedade das obviedades, sabemos que o mercado só tem interesse no lucro, mas essa é uma tecla batida. No entanto, precisamos navegar, e creio que ainda haja tempo para que essa gestão mostre trabalho e, quiçá, nos convença de que merece ainda um voto de confiança.

As medidas recentes propostas pelo governo, que acabaram por gerar a atual crise, todavia, deixaram claros dois importantes pontos a serem considerados: o amadurecimento da classe artística do DF e o seu conseqüente fortalecimento – esse momento aqui é prova disso –; e a urgente necessidade de reformulação de alguns quadros dentro da Secretaria de Cultura, em especial a Subsecretaria de Fomento, pois, conforme as afirmações do subsecretário daquela pasta, as quais enumerei anteriormente, creio que a sua posição pessoal não corresponde, acredito, não está em sintonia com o que a comunidade cultural espera de um gestor público na área de fomento, nem é corroborada pelo Secretário Hamilton Pereira. Mudança! Acho que esse é o momento. O momento de crise é momento para mudança. Precisamos de uma cabeça pensante e mais bem preparada para pensar políticas verdadeiras de fomento dentro da Secretaria de Cultura, e não apenas carimbar o FAC como um barnabé burocrático, copiando estruturas do MinC – Ministério da Cultura que, mesmo para ele, são problemáticas, como o SalicWeb.

É preciso, de uma vez por todas, separar o FAC, que é uma conquista da nossa classe, uma conquista da sociedade brasileira, da ganância política, seja lá



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 10 2012	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	36

qual for o governo. O FAC não pode mais servir de subterfúgio para a ausência de políticas culturais de qualquer governo. Na ausência de um projeto político, o FAC tem virado o pai e a solução de todos os problemas. Espero que, quando tivermos a nossa Lei de Incentivo, depois não queiram tirar de novo o FAC, dizendo: “Não, agora vocês já têm uma Lei de Incentivo, vocês não precisam mais do FAC”.

A Subsecretaria de Fomentos precisa de sangue novo, com visão política, com capacidade de articulação e competência técnica. A burocracia que hoje está aí é reflexo do despreparo e da incompetência da atual coordenação. Basta, mudanças já!

Por último, não é segredo para nós – esse aqui é um ponto importante – que a inércia das ações da Secretaria de Cultura é um reflexo de uma disputa política interna, que não nos diz respeito e não nos interessa, e que tenta a todo custo derrubar o atual secretário. Questões e diferenças políticas e partidárias devem ser resolvidas em um contexto adequado, e não colocando a classe artística e a sociedade como reféns desse jogo sujo.

E repito a pergunta com a qual iniciei a minha fala: qual é mesmo o projeto político para a cultura do Governo Agnelo?

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Muito obrigado, Sr. Ailton.

Concedo a palavra ao Sr. Roger Madruga.

SR. ROGER MADRUGA – Sr. Presidente, eu gostaria de saber aqui o seguinte: estamos com a data do dia 8 para falar sobre a lei na Câmara Legislativa. A lei da cultura é uma batalha nossa histórica. Estamos felizes em saber disso. Eu queria saber de uma pergunta postada ao Secretário de Planejamento, na última conversa que tivemos com ele: se está no Orçamento do ano que vem os 2% do ICMS. Quando a gente teve uma conversa, acho que em abril, ou maio, nós falamos, mas não tem nada aqui no Orçamento falando sobre a lei. A gente não pode recorrer de novo ao Legislativo, à Deputada Arlete Sampaio. Estou falando sobre a lei. A gente está muito satisfeito – acho que posso falar por todos aqui do segmento cultural – pelo lançamento. Já temos uma data: 8 de novembro, e a possibilidade de ser votado em breve – não sei quando... Mas eu gostaria de saber se estão previstos no Orçamento esses recursos para a lei, porque são 2% de ICMS. Se não me engano, no ano passado, eram 6 bilhões a arrecadação do ICMS. Isso deve dar uns 120 milhões. Houve um acréscimo de arrecadação, deve dar uns 130 milhões. Então, esses recursos têm que estar locados no Orçamento. Nós ouvimos que não estava previsto no Orçamento esse recurso, por isso que a lei não poderia nem ser



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 10 2012	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	37

conversada. A gente gostaria de saber se existe essa movimentação para a aprovação desse recurso.

Em segundo, é um assunto, digamos assim, que me deixa muito triste de falar, é uma disputa nossa de vinte anos e o FAC está acabando: do ponto de vista burocrático, existe uma competência administrativa impressionante. A burocracia, hoje, está afastando a cultura do Distrito Federal do FAC. Hoje o FAC é muito mal falado. Tanto é que todo mundo aqui está falando em burocracia. Eu fiquei assustado aqui na Mesa com o discurso da Secretaria de Cultura de que a burocracia não é um problema, é um mal administrável. Não. Olha só, gente, não houve mudança de lei. A Lei nº 866 não mudou. Não houve mudança no decreto. Então, porque a burocracia aumentou? Isso é uma questão de gestão. Temos problemas com a Procuradoria, eu sei, estou ciente. Nós já tivemos conversas com a Procuradoria quanto à questão do convênio? Claro. Esses problemas de prestação de contas, claro que existem. Mas a burocracia nos últimos anos aumentou exponencialmente, sem uma mudança na regra e sem mudança na lei. Então, isso é, sim, uma questão de gestão. Isso não é só uma questão... Não vamos jogar o problema para terceiros. Existe sim. Está muito mal administrado. Isso está gerando um problema sério para a gente. Por que é um problema sério? Por que é um problema de execução.

Nós ouvimos também do Secretário de Planejamento uma frase que me deixou extremamente angustiado. Ele disse: "Olha, vocês estão pedindo uma lei de cultura, vocês não conseguem nem executar o FAC". Então, isso é uma coisa triste de ouvir do secretário. E não temos nem como falar. O problema não somos nós, está sendo a administração atual do FAC, da Secretaria de Fomento, ou seja lá de quem for, que está travando isso. Então, eu coloco números aqui. Havia 44 milhões de recursos no ano, não foi executado nem um centavo. Isso é vergonhoso. Quarenta e quatro milhões e não foi executado. Daí o dinheiro passou para o próximo ano. Deste ano há 48 ou 49 milhões. Quanto será executado? Esse dinheiro não será executado por quê? Porque o edital foi lançado muito tarde. Nós sabemos que um edital, para ser executado no mesmo ano, tem que ser lançado no primeiro trimestre. Se não é lançado no primeiro trimestre, não é executado. Então, ficamos ouvindo dentro do governo, da Secretaria de Planejamento, que não conseguimos executar os recursos, mas foram disponibilizados 90 milhões e nem 40 milhões desse recurso serão executados. Então, esses são os números. Não são outros números. Os números verdadeiros são: quanto que foi executado? Porque o grande gestor é o que executa, não é o que fala que os recursos têm que ser executados para mostrarmos a nossa arte e para ser feito. Esse é o grande problema. Então, por que não estão sendo executados os recursos? Não somos nós. Nós temos projetos, temos competência, nós podemos fazer. Há várias pessoas aqui que poderiam estar



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 10 2012	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	38

produzindo, mas não está sendo feito por causa da burocracia. Isso é uma coisa que tem que ser, sim, trabalhada. Vocês têm que trabalhar nisso. Não podem ficar escondendo e repassando para terceiros esse problema. Então, a burocracia hoje é a inimiga número um da cultura. E ela aumentou exponencialmente. Não adianta ficar escondendo, colocar quarenta números de *sites*, mas não estarem executando. Não estão executando os recursos.

Então, eu gostaria de novo que a gente se mobilizasse para a mudança desse decreto. Por exemplo, na área de cinema, nós temos a Agência Nacional de Cinema. O FAC diz que não pode seguir as regras da Agência Nacional de Cinema. Então, a gente tem que ter um orçamento para o ANCINE e um orçamento para o FAC. Então, é o mesmo governo, o Governo Federal, e a gente não pode usar as regras da Agência Nacional de Cinema no FAC, porque a burocracia do FAC bate de acordo com a burocracia federal. E nós do cinema queremos um edital específico. Queremos que siga as regras da Agência Nacional de Cinema e do Ministério da Cultura. Isso é prioridade. Isso irá resolver a burocracia da nossa área. Eu gostaria que a secretaria e os Parlamentares desta Casa ajudassem para que possamos conseguir isso.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Roger, obrigado.

Roger, só respondendo à sua pergunta sobre as adequações que têm que ser feitas, nós estamos em fase de estudo, de emendas da Lei Orçamentária, da LOA. Este ano a LOA traz uma novidade, um anexo de renúncias. É uma novidade. E lá não consta, porque a Lei de Incentivo vai trabalhar com renúncia fiscal. Lá não consta, mas podemos emendar. Não havia nem como constar porque não havia uma proposta de lei. Então, efetivamente, seria colocar o carro na frente dos bois. Quando a Lei de Incentivo chegar a esta Casa, na próxima semana ou, no mais tardar, na outra semana, os Parlamentares poderão fazer essa adequação no anexo de renúncias, colocar a emenda prevendo essa renúncia para a Lei de Incentivo. E vamos ter que fazer alguma alteração também na Lei de Diretrizes Orçamentárias, que foi votada no primeiro semestre, porque uma se encaixa na outra. Mas dá para fazer. Nós temos condição, em termos legislativos, de proceder dessa maneira.

Concedo a palavra ao Sr. José Garcia. Em seguida, ao Sr. Sérgio Fonseca.

Quem me conhece sabe do meu espírito democrático. Eu não teria nenhum problema em ficar aqui conversando à luz de velas, seja o que for, durante várias horas. Eu queria apenas lembrá-los de que, depois do José Garcia, há ainda o Sérgio, o Kalil, o Álvaro e o Romário para falar e há um evento aqui na Casa às 19h, para o qual vamos ter que desocupar o plenário. Então, nós gostaríamos de solicitar, também com o espírito democrático para que os outros inscritos possam falar, que nós tenhamos também cuidado com o tempo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 10 2012	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	39

Concedo a palavra ao Sr. José Garcia Caianno.

SR. JOSÉ GARCIA CAIANNO – Eu gostaria, então, de iniciar a minha participação aqui dizendo “no entanto”, porque me sinto contemplado no pronunciamento, na participação dos oradores anteriores aqui. Mas cumprimentaria objetivamente o Presidente da Mesa e a Deputada Arlete Sampaio, porque nesse meu “no entanto”, senti-me citado na participação do Chico Simões quando ele fala sobre a questão das fronteiras e, quando se fala sobre fronteira, para mim, é colocada a situação de extremo ou de última instância. Parece-me que, quando me sinto contemplado na oração dos outros companheiros aqui, é em função do que nós estamos vivendo hoje, dessa situação em que estamos vivendo. E, quando cumprimento a Deputada Arlete Sampaio, é porque quero deixar claro e patente que sempre estive ao lado das forças que hoje estão no Executivo. Lembro-me perfeitamente do momento em que o hoje Secretário de Educação, Aloizio Mercadante, veio a Brasília apoiar a campanha do ex-Presidente Lula. Em frente ao Conjunto Nacional, pude colocar um caixote de maçã para o então Deputado Federal Aloizio Mercadante, com a presença da Deputada Arlete Sampaio, nossa candidata à época, e, nesse momento, então, foi que nós pudemos afirmar o apoio do movimento cultural a esse segmento com que hoje temos a honra de estar no governo e para o qual esta Casa, que já foi chamada de Casa dos Horrores, hoje nos recebe enquanto movimento organizado, para debater um assunto de tamanha pertinência.

Então, quero reafirmar que nós não estamos aqui apenas nessa situação de confronto, ou de enfrentamento, ou de limite, mas estamos aqui numa ação propositiva em que nós temos de pensar juntos qual é o Administrativo, qual é o Executivo que desejamos, porque, com este governo findo daqui a dois anos e meio, nós vamos ter que novamente eleger outro governo para nos representar. Não importa qual seja esse governo; o que importa é que as políticas traçadas neste momento aqui devem ser respeitadas, pois não vêm sendo respeitadas até o momento atual. Digo que não estão sendo respeitadas porque nós estamos aqui reunidos para poder reivindicar um direito nosso que deveria estar tendo um tratamento diferente, porque, se nós é que temos que nos integrar ao Executivo hoje, como foi dito aqui por outro orador, está havendo alguma coisa descabida no processo, porque é o Executivo que deveria se adequar à sociedade civil.

Não vou dar continuidade aqui à reflexão sobre a questão do FAC, uma vez que todos já falaram sobre isso, mas sobre a questão da política pública. Eu acho que a grande ausência dentro da Secretaria de Cultura do Distrito Federal hoje é a de uma política pública que possa entender e interpretar a necessidade da sociedade em que vivemos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 10 2012	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	40

Então, vou falar sobre uma questão de cultura, falando sobre a questão das linguagens. As linguagens culturais e artísticas, na verdade, estão quase todas representadas aqui hoje. Há muitas delas representadas aqui hoje. O Augusto Boal disse que as linguagens todas são absolutamente insubstituíveis. No entanto, todas as linguagens, ao final, se completam. E nós todos do movimento artístico sabemos muito bem que essa questão da complexidade das linguagens, da completude das linguagens, é que leva ao princípio maior e comum da nossa proposta, que é a lei; como o nobre cavalheiro da cultura popular falou, é a questão do fomento.

Quando se fala sobre a questão do fomento, nós vamos pensar na questão de um diálogo capilar, em que todos os segmentos de uma casa, de um governo, possam dialogar. Aí, a Deputada Eliana Pedrosa falou sobre a questão do BRB. Eu vou reforçar a questão do BRB, porque, no primeiro trimestre do balanço desse banco, foi amplamente publicado na imprensa que ele teve um lucro de 150 milhões. Como esse banco não é um banco comercial, e sim um banco social, por que não estabelecer uma relação de parceria com esse banco? Para que aqueles poucos recursos identificados que foram citados aqui pelo cavalheiro, que disse que as pessoas carregam na tinta... Mas não, o recurso já é pouco para as possibilidades, e a vocação do movimento cultural ainda é, sim – ainda vou usar o termo, vou continuar usando o termo –, saqueado por outros setores da economia, da gestão pública.

Eu diria que no processo da vocação do fomento, que é a nossa linguagem principal, essa linguagem de fomento é uma linguagem do movimento cultural. Quem é dos tempos da organização do movimento cultural sabe que a proposição mais importante e mais colorida, digamos assim, na tinta, sobre a qual nós gostamos de falar, é a questão do fomento. Porque sem fomento, meu amigo, não vai adiantar aquele rapaz dizer que o Estado não tem que financiar a cultura porque o artista tem que sobreviver da sua bilheteria. Sem fomento, em um Estado arcaico como o nosso, em que a prioridade nunca foi sequer a saúde, quanto mais a educação ou outra coisa, como é que você pode querer que o artista abra as portas do seu teatro e viva da bilheteria?

E, por falar nisso, eu fiz uma anotação aqui sobre uma das coisas que eu iria abordar, a questão do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição – ECAD. O Rênio sabe disso, os artistas que trabalham com a música, principalmente. Os outros artistas também padecem, porque a suas trilhas sonoras também sofrem a perseguição do Ecad.

Então, são propostas políticas que devem ser analisadas dentro desta Casa, nesta reunião, para que a gente possa, então, evoluir na questão da proposição. Porque o que está faltando dentro da Secretaria de Cultura é a vocação para o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 10 2012	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	41

diálogo. E nesses extremos, nessa fronteira que é colocada, o Adeilton falou aqui, a gente se sente assim mesmo. Eu já me senti hostilizado dentro da Secretaria de Cultura por pessoas que me acompanharam durante a campanha política. Eu me senti hostilizado. Eu acho que sou um artista que não precisa estar aqui reafirmando o meu atestado ideológico, por qual segmento eu atuo politicamente. Eu não tenho que estar aqui fazendo isso. No entanto, estou fazendo, reafirmando. Eu vou continuar apoiando o mesmo segmento que eu apoiei sempre, mas nem por isso eu vou deixar de criticar, nem por isso eu vou deixar de estar aqui fazendo as minhas sugestões para o aprimoramento dessa lei que nós tanto reivindicamos.

Sobre a questão das linguagens, eu acho que está muito bem representada...

Olha companheiro, eu ouvi todo mundo aqui caladinho. O senhor, por gentileza, me deixe concluir o meu raciocínio tranquilamente. É verdade, é um saco esse cara chegar com um papelzinho aqui mandando você encerrar o seu tempo. Todo mundo falou à vontade, por que eu não vou falar? Eu vou falar, sim.

Agora é que eu vou começar a falar sobre a questão da minha linguagem. Todas as linguagens estão representadas, e bem representadas. Eu vou falar, então, sobre a linguagem que é o princípio de todas as linguagens, que é a Literatura.

Eu estou vendo representantes de todas as linguagens. Só o Adeilton Lima, que está aqui, e o Vinícius Borba, que é também do movimento Radicais Livres, que esteve presente e foi embora... Mas sobre a questão dos representantes da Literatura, eu nos vejo falando sobre isso.

Durante a Bienal do Livro e da Leitura, em Brasília, muitos autores, muitos mediadores citaram a importância não só da Literatura, mas da arte como um todo, como grande parceiro, como grande aliado da questão da saúde – a Dra. e Deputada Arlete Sampaio pode confirmar isso. Nós sabemos da importância da arte como aliada e instituto complementar da educação e da saúde. No entanto, nós não avistamos aqui... Nós não podemos citar exemplos de que a Secretaria de Segurança Pública, a Secretaria de Saúde e a Secretaria de Educação estão potencializando o produto artístico que hoje temos no Distrito Federal. Nós podemos citar, e eu vou fazer questão de sublinhar esse aspecto aqui agora. A Secretaria da Criança e do Adolescente é que agrega o Centro de Atendimento Juvenil Especializado – CAJE. Eu acompanhei pela imprensa, estarrecido, porque a pessoa que coordena, que dirige aquele setor, hoje, além de ser uma educadora, é também uma artista. E nas prioridades que ela listou, que foram publicadas pela mídia que circula na cidade, não havia sequer uma ação artística ou cultural como aliada para a complementação e diminuição da violência dentro do Caje.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 10 2012	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	42

Isso é um absurdo, um governo democrático e popular como o que nós construímos não ter uma proposta de integração das linguagens dentro das suas secretarias. Portanto, a Literatura se sente órfã de representantes dentro desse segmento. Porque Brasília, como Capital do livro e da leitura, não tem sequer um programa para agregar dentro do circuito das artes literárias aqueles que estão iniciando sua caminhada, não os que estão vencendo os concursos literários. Na Secretaria de Cultura do Distrito Federal, eu acho que, na verdade, a Literatura é a linguagem que tem menos prestígio.

E eu, sendo representado pelo Hamilton Pereira, que é uma pessoa que foi citada aqui como um grande sujeito – e eu também concordo –, acho que ele está precisando realmente de voltar a sua visão para a questão da Literatura, e mais ainda, para a questão da poesia.

Mas eu não queria sair daqui sem deixar um poema para vocês.

Tudo dito, nada feito, fito e deito.

É do Paulo Leminski. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Obrigado, Garcia.

Concedo a palavra ao Sr. Sérgio Fonseca. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Kalil e, em seguida, ao Álvaro Henrique Siqueira.

SR. KALIL – Boa noite à Mesa, ao Deputado Cláudio Abrantes, apoiador da nossa cultura, a todos da Mesa, e também aos nossos correligionários ainda presentes. Que pena que alguns se cansaram e deixaram os assentos.

A gente passa por uma série de situações. Eu vi os nossos companheiros que falaram antes de mim, fiquei observando-os, sempre reclamando de gestão.

Nós perdemos um governo – e eu acho que ninguém mais que eu almeja que este governo dê certo – em 1998 devido a um discurso. Lutamos muito, ganhamos aquele governo, mas o perdemos por causa de um discurso. Em 2002, nós não conseguimos recuperar, apesar de tanta luta. Em 2006, repetiu-se a dose. A briga foi árdua e nós ainda não conseguimos recuperar aquilo que nós perdemos. Em 2010, as luzes se acenderam, e nós conseguimos, com tanta briga, com tanta luta, ter um governo que nos apoiasse, todas as classes. Artistas como sou. Faço parte da Asas, uma associação de artistas de São Sebastião. Nós temos lá mais de sessenta grupos de segmentos diversos de artistas. Eu represento lá a viola caipira e busco apoiar o lado da viola caipira.

Falou-se demais em burocratização. Eu nunca fiz parte de outro governo, senão um governo pelo qual lutasse. E é este governo de que estou dentro. Eu não queria nunca – tenho certeza de que isso está no sentimento de cada um dos nossos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 10 2012	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	43

companheiros – perder em 2014 um governo por má gestão. Companheiros, a insatisfação da nossa militância leva a isso. E nós não podemos deixar nos contaminar dessa forma.

A burocratização em nossa arte é tanta que... Eu faço um evento uma vez ao ano que se chama Encontro de Violeiros. Eu sou violeiro há mais de trinta anos. É um encontro caipira. Eu fiz isso durante muitos anos com a iniciativa privada. Quando consegui um recurso para poder aplicar no meu evento, eu não pude colocar o nome Encontro de Violeiros. Eu tive de mudá-lo. Isso não é burocratização? Pelo amor de Deus! Eu tive que mudar o nome para que eu recebesse aquele recurso e pudesse usar os violeiros de outras formas. Então, é bom que se reflita muito. Nós estamos no meio de um governo do qual precisamos e nós passamos doze anos sofrendo a partir do momento em que nós perdemos uma chance de estar aprimorando. Eu confio demais nos companheiros que estão sendo nomeados, que vão fazer parte, para tentar... É preciso preparo para quem nunca esteve ali e vai pela primeira vez. É muito compreensivo isso. Agora, pelo amor de Deus, vamos facilitar.

O que todo mundo reclamou aqui foi da burocratização. Eu gosto de falar das leis. Eu comparo a Lei nº 8.666 com a Lei Áurea. Quando a Princesa Isabel assinou a Lei Áurea, ficou todo mundo – os beneficiados pela Lei Áurea – alegre, feliz. Só que ela não assinou uma lei para exterminar os burgueses, os fidalgos, as pessoas que queriam continuar matando os beneficiados da lei. A Lei nº 8.666 teve a melhor das intenções. O Presidente Lula a colocou em votação e ela foi homologada. Maravilha! Só que nós não tivemos a eliminação da burocracia.

Eu ganhei um contrato de transporte, mas o órgão estava recebendo propina para que eu não entrasse. Eu fiquei um ano com os meus veículos na garagem, pagando aluguel e pagando prestação para o banco dos veículos dentro da garagem. E o poder, a burguesia, os cidadãos que ainda permanecem lá e que ainda imperam sobre a Lei nº 8.666 não deixam que ela aconteça. Viu, companheiro? O senhor que falou da Lei nº 8.666, ela é um presente que nós tivemos. Agora, é um presente que nós ainda não conseguimos levar à plenitude.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Álvaro e, em seguida, ao Romário, que é o último orador inscrito. Depois, passaremos para as considerações da Mesa. As nossas assessorias vão compilar o que foi falado, anexar os documentos entregues, como a carta do Adeilton, e depois faremos um encaminhamento disso tudo tanto para a Secretaria de Cultura, que naturalmente já está conhecendo o que está sendo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 10 2012	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	44

colocado, quanto para a governadoria, para o próprio Executivo, para a chefia do Executivo, no sentido de fazermos depois o acompanhamento.

Concedo a palavra ao Álvaro Henrique.

SR. ÁLVARO HENRIQUE – Boa tarde, Presidente. Boa noite, não é? Boa noite aos presentes.

A gente veio aqui com cinco pautas de reivindicação. Sobre um novo fomento à cultura, um novo marco legal e concursos para a Secretaria de Cultura, essas três pautas, acho que foram muito bem faladas pelos colegas. Eu quero falar um pouco mais sobre as outras duas: os espaços culturais e a participação da sociedade civil nos grandes eventos que estão logo aí – a Copa das Confederações é daqui a oito meses. A gente vai receber turistas do mundo todo que vão chegar aqui, sei lá, numa terça-feira, para assistirem a um jogo numa quarta e na sexta-feira vão para outra cidade assistir a outro jogo. Na quinta eles vão querer fazer alguma coisa. A única opção cultural vai ser ir a um *shopping* assistir a um filme das corporações do Jabá. Vai ser só isso que vamos poder oferecer a esses turistas do mundo todo que estarão aqui dispostos a conhecer a cultura da nossa cidade? Eles estarão aqui, vão ficar alguns dias a mais para isso e a gente não vai oferecer nada para eles? Nós, artistas? Ou só as corporações é que vão poder oferecer alguma coisa?

Outra coisa, as leis de fomento, do FAC, são importantes. É por meio de editais como o do FAC que a gente consegue realizar algum sonho, que a gente consegue dar alguns saltos na nossa produção, na nossa carreira artística. Mas não é o FAC que pode fazer a política cultural, que pode ser o centro da política cultural do DF. Não é o FAC que vai fazer as pessoas desligarem as suas TVs e irem a um teatro, a uma exposição, irem apreciar algum evento cultural. Tem de haver espaços culturais em uma cidade que é nova. Agora Brasília vive outra configuração geográfica, mas os espaços ainda estão na mesma lógica antiga. E, em relação aos espaços que existem, quando abrem edital de ocupação, parece casa de festa. Um edital de aluguel não é um edital para realmente contratar artistas, para fazer a arte do DF no espaço público do DF, é para você conseguir uma verba, alugar um espaço e aí conseguir sobreviver disso frequentemente.

Então, quem ainda consegue vencer a burocracia grava o seu CD, pega os seus mil exemplares e os coloca em um quarto da casa. E para vender? Tem de ir ao semáforo e dizer: “Tio, compra o meu CD”. O foco da política do DF tem de ser... O governo tem de cumprir o seu dever de oferecer aos cidadãos o direito à cultura. Ele tem de promover, tem de cumprir metas de produção de eventos em cada espaço cultural. Só assim a gente pode ter realmente o eixo correto para a política da cultura.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 10 2012	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	45

O orçamento da secretaria precisa ser repensado, tem que ser reforçado para isso, para que a secretaria possa cumprir o seu dever de oferecer aos cidadãos o direito de acesso à cultura, especialmente às manifestações artísticas que não interessam às corporações do Jabá. É principalmente isso que vim defender, porque, enquanto o foco da política do DF for o FAC, a única saída para a cultura será o Aeroporto JK, e nossos melhores talentos vão ter de partir para o exílio.

Mês passado um jovem talento, violonista, membro da Associação Brasileira de Violão, se mudou para a França. Ele é o primeiro violonista de Brasília que, ainda na casa dos 20 anos, ganhou um concurso internacional de violão. Tem tocado na Europa. E ele vai tocar aqui onde? No Espaço Cultural da 508 Sul? Em algum museu? Na biblioteca? Não tem onde tocar aqui! Então, a sua única opção é se exilar, e está há um mês na França.

É importante, sim, reformularmos o FAC, mudar as leis, mas o eixo da cultura do DF está em o Estado cumprir o dever de oferecer a cultura a todos os seus cidadãos e os editais de ocupação dos espaços se referirem à contratação de artistas, com metas claras. Não podem se referir simplesmente a aluguel, como se fosse um salão de festas qualquer.

Então é isso aí. Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Obrigado, Álvaro. Quero agregar à pauta que o Álvaro trouxe dos espaços públicos também os espaços privados, sobretudo no tocante – e já fizemos audiências públicas aqui na Câmara sobre este tema – à Lei do Silêncio. Acho que é algo que tem de vir a esse debate porque sempre foi um espaço privado. Para o músico, para o teatro se manifestar, a gente tem hoje uma dificuldade muito grande com a Lei do Silêncio. E a gente está com grande dificuldade no Ministério Público. Quero primeiro dizer que respeito muito o Ministério Público como instituição. Ele é necessário, desempenha o seu papel com toda a tranquilidade, é importante para a democracia, mas algumas ações não estão contribuindo. Nesse caso específico, quero dizer que hoje é difícil tocar em um bar. Apesar de sempre ter sido uma tradição de Brasília, nós temos essa dificuldade, não conseguimos. Então, tem de se agregar também essa discussão sobre a Lei do Silêncio. Quero informar que o Ministério Público é sempre convidado por nossa Assessoria para estar à Mesa em solenidades, em sessões e em comissão geral, como é o caso, para debater, para colocar sua posição e buscar soluções. Infelizmente, nunca recebemos, nunca fomos agraciados com a presença do Ministério Público num debate sobre cultura nesta Casa, que é algo que teremos de enfrentar e de discutir também. A Lei do Silêncio é importante, mas a cultura da cidade... Eu sempre falei que esse problema também acontecia em Pernambuco, e quem puxou a discussão e achou a solução em Pernambuco foi o Ministério Público.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 10 2012	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	46

Ele criou uma cartilha, um termo de ajuste de conduta para resolver a situação. Fazemos essa menção respeitando, sim, a função do Ministério Público, mas dizendo que ele nunca participou dos nossos debates sobre a cultura.

Concedo a palavra ao nosso último orador inscrito, Sr. Romário Schettino, Vice-Presidente do Conselho de Cultura do Distrito Federal. Depois, concederei a palavra à Mesa para as considerações finais.

SR. ROMÁRIO SCHETTINO – Boa noite a todos. Eu quero cumprimentar o Presidente da Mesa em nome de todos. Quero falar do papel do Conselho de Cultura. Desde o momento em que fui convidado pelo Secretário Hamilton Pereira para fazer parte da cota governamental do conselho, que é um conselho paritário, metade governo, metade comunidade, fui pensando na possibilidade de iniciar o debate sobre a reformulação do sistema cultural do Distrito Federal, incluindo a reforma do próprio conselho, com a criação de um novo conselho e novas instâncias capazes de atender a essa demanda que todos aqui lembraram que existe.

Um dos primeiros movimentos que fizemos foi procurar exatamente o presidente da frente parlamentar para discutirmos as emendas parlamentares, que são um problema ainda a ser resolvido, e também para iniciarmos o processo de discussão da reformulação do novo sistema. Esse processo não é fácil, não é simples. O próprio presidente da frente parlamentar sabe da dificuldade que é discutir emenda parlamentar nesta Casa e da dificuldade que existe, pela diversidade que há no movimento cultural, sobre o entendimento de qual será a melhor forma de gerir a cultura no Estado. Esse é um processo longo. A conferência de cultura que foi convocada pelo secretário logo no início iniciou o processo, mas foi insuficiente. Haverá um segundo seminário, no próximo ano, para aprofundar o debate. É evidente que tudo isso tem que ser precedido de uma ampla consulta, de um amplo debate, de uma ampla discussão em todos os níveis. Eu acho que é exatamente isso que está sendo proposto. O conselho já foi comunicado de que o processo já foi iniciado na secretaria. Já há um esboço do que será discutido, com a participação, inclusive, da Câmara Legislativa. Isso está em processo.

Eu concordo com que o excesso de trabalho voltado apenas para o FAC no Conselho de Cultura é ruim para a função do conselho como um todo, mas acho que o problema do conselho é estrutural. Nós temos uma estrutura de cultura de Estado em Brasília muito ruim, defasada, muito antiga e constantemente remendada por um decreto, por uma lei. Nada é feito em conjunto. Então, seguindo a orientação do Ministério de Cultura, que tem o Plano Nacional de Cultura e orienta os Estados a fazer isso, a Secretaria de Cultura está fazendo isso neste momento.

O Conselho de Cultura não tem feito grandes debates sobre a política cultural, mas a ocupação dele no FAC inclui esta discussão. Todas as vezes que se



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 10 2012	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	47

discute um edital... Por exemplo, estamos discutindo no conselho, com a participação da comunidade, com os representantes das diversas linguagens da cultura, todos os detalhes do edital: quanto será dado ao cinema, quanto será dado à música etc. e quais as formas que devemos adotar para aprovar ou não os projetos. É evidente que há alguns problemas a serem resolvidos na área da burocracia, mas eu não faço coro com esse discurso de que a burocracia é o único problema. Há problemas de interpretação do jurídico, de interpretação do gestor. Há problemas de interpretação do cara que atende o artista lá no guichê. Isso faz parte da humanidade. Nós temos que levar tudo isso em consideração.

Nada impede a crítica. Nada impede que sejamos criticados. Eu acho que algumas críticas são justas e devem ser levadas em conta, mas algumas são injustas. O embate e a disputa entre quem está respondendo pelo governo e aqueles que estão demandando do governo uma ação é absolutamente democrático e aceitável, desde que não haja desrespeito nem agressão.

Eu queria dar uma notícia interessante: o Conselho de Cultura, ontem, aprovou por unanimidade o tombamento da caixa d'água de Ceilândia. Essa decisão, que é aparentemente simples, tem um significado muito grande para a comunidade de Ceilândia. Esperamos que o Governador assine o decreto o mais rápido possível e torne pública essa decisão, porque ela freia uma especulação imobiliária em torno da área em que está instalada a caixa d'água da Ceilândia, que destruiria um símbolo de luta do povo de Ceilândia. Essa decisão foi tomada no Conselho de Cultura por encaminhamento da Subsecretaria de Patrimônio, que é o órgão da Secretaria de Cultura que cuida dessa demanda. O mais interessante é que quem provocou a Secretaria de Cultura e a Subsecretaria de Patrimônio foi o Fórum de Cultura da Ceilândia. Então, essa interação e integração entre movimento e governo, movimento e Estado e os responsáveis pela Secretaria de Cultura... Eu acho que é por aí. Quando nós divulgamos essa notícia, alguém perguntou: "E a Praça do Relógio de Taguatinga?" Seria interessante saber se a Praça do Relógio já foi tombada ou não. Essa atitude, do ponto de vista cultural, seria também interessante.

Então, a minha intervenção era só para localizar o nosso papel no Conselho de Cultura. Eu acho que uma comissão geral como esta, por exemplo, deveria ter o Presidente do Conselho de Cultura. Por que o Presidente do Conselho de Cultura não foi convidado para participar desta Mesa? Acho que há uma defasagem ou uma falta de interação. Eu acho que nós do conselho temos responsabilidade nisso, mas as discussões serão mais interessantes, do nosso ponto de vista, se nós passarmos a também discutir publicamente o nosso papel no Conselho de Cultura.

Era isso. Muito obrigado. Boa noite.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 10 2012	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	48

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Muito obrigado, Romário. Eu quero fazer algumas menções aqui antes de retornar para a Mesa, para as considerações finais.

Primeiro eu quero dizer que registraremos o manifesto pela permanência da Academia Taguatinguense de Letras no Espaço Cultural de Taguatinga. Foi-nos entregue o manifesto, e nós faremos constar desta comissão geral.

Eu gostaria de fazer uma menção especial de agradecimento a diversos Parlamentares que têm entrado neste debate da cultura, num debate qualificado e que tem nos acompanhado, Romário, no debate sobre a questão da utilização das emendas. Essa é uma prerrogativa do Deputado, e cada Deputado tem o seu livre arbítrio, o seu juízo sobre como melhor utilizar as suas emendas. Nós temos conversado com vários Deputados. Temos feito emendas genéricas em programas que possam atender diversas linguagens. Estamos trabalhando neste sentido. Diversos Deputados têm nos apoiado aqui na Casa. Além dos que já passaram aqui pelo plenário, como os Deputados Eliana Pedrosa, Arlete Sampaio, Wasny de Roure e Chico Leite. Já fiz menção aos Deputados Washington Mesquita, Prof. Israel Batista e Deputado Joe Valle, que não pode comparecer, pois está em outro seminário na Casa, sobre urbanismo. O Deputado Joe Valle é um grande defensor dessa causa, assim como os Deputados Chico Vigilante, Patrício, Luzia de Paula e Liliane Roriz, que sempre estão se movimentando nesse debate pela cultura. Todos os outros Deputados estão engajados também. Poderíamos citar outros, como o Deputado Olair Francisco, que tem uma simpatia muito grande pelo trabalho, enfim. O importante é que a Casa está atenta a essas questões. Esperamos que, a partir dos seminários, do próprio debate da Lei de Incentivo e de tantas questões que são próprias da cultura, nessa pauta que colocamos... A questão dos espaços públicos é urgente. Não só os espaços públicos no Plano Piloto, que agora está sendo tratado no PPCUB – Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico, relacionado à área de proteção do conjunto urbanístico de Brasília, mas os espaços nas cidades são muito importantes. Tudo está centralizado. Sempre falo que é muito difícil imaginar uma cidade como Ceilândia, com 600 mil habitantes, não ter um teatro público. Ou mesmo a minha cidade, Planaltina, uma cidade bicentenária, praticamente, que também não tem um teatro público, assim como tantos outros exemplos por aí fora.

Então, são outros debates, outras questões. Hoje, para discutir só a questão do FAC, estamos chegando a mais de três horas de audiência. Isso nos mostra o tanto que é necessário o debate sobre a cultura. Já foi falado o quanto é importante que a classe esteja unida, reunida, reivindicando, criticando, pois é no debate que iremos nos aprimorar. Naturalmente que em um debate franco, qualificado, fora das personalidades. O debate deve ser impessoal e voltado para o coletivo. Devemos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 10 2012	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	49

trabalhar dessa maneira. É assim que procederemos. Temos tido esse cuidado na Frente Parlamentar em Defesa da Cultura.

Infelizmente – peço desculpas a todos –, informo que o material que foi filmado foi para o brejo, em virtude dessa queda constante de energia. Esperamos ter, em breve, a *TV Legislativa*, para podermos gravar esse tipo de coisa. Temos o áudio, se alguém se interessar, mas infelizmente o vídeo não foi possível.

Passaremos para as considerações finais, rapidamente. Eu gostaria de ficar discutindo cultura por muito tempo, mas, às 19h, temos outro evento no plenário, e o Cerimonial já está nos cobrando.

Para as considerações finais, concedo a palavra ao Sr. Pedro Lacerda.

SR. PEDRO LACERDA – Em nome de toda a classe artística do DF, com essa pretensão de estar à Mesa agradecendo em nome dela, agradeço à Câmara Legislativa, especialmente ao Deputado Cláudio Abrantes.

Eu gostaria apenas de registrar a minha decepção com relação às declarações do Subsecretário de Fomento, pois, à exceção da descentralização que ele propôs, o restante me pareceu apenas um relatório de gestão. Pareceu-me também que se está querendo parar o relógio apenas para se economizar tempo.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Muito obrigado, Pedro. Concedo a palavra ao Marcelo, para suas considerações.

SR. MARCELO MANZATTI – Agradeço também. Fiquei muito satisfeito com todas as falas. Acho que todos os companheiros atuaram muito bem.

Quero apenas lembrar uma coisa que me esqueci de falar antes. Acho que a gente tem um problema com o nosso Governador: temos um Governador insensível à questão cultural. Por que digo isso? Por conta dessa insensibilidade, há reflexos nisso. Independentemente de termos uma pessoa maravilhosa como o Hamilton à frente da cultura, acabamos tendo pouco aproveitamento da capacidade dessas pessoas brilhantes, em função desse distanciamento do Governador. Acho que os Deputados podem ajudar o movimento cultural a sensibilizá-lo. O Governador não esteve presente na Conferência de Cultura. Ele mandou o seu Vice.

Assisti a dois documentários no último Festival de Cinema: um sobre o Ney Matogrosso, que mostrou um período em que ele morou em Brasília, justamente aquele de invasão da UnB – havia, então, cenas da polícia invadindo a UnB; e outro que foi o filme sobre o santuário dos pajés, em que aconteceu a mesma cena. Trinta, quarenta anos depois, a história, como diria o Karl Marx no Dezoito de Brumário, se repete como tragédia. Na primeira vez, ela se repete como comédia, mas, na



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 10 2012	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	50

segunda vez, é como tragédia. Em um período de greve dos militares, mobilizaram-se oitocentos policiais para reprimir o movimento indígena que estava defendendo o cerrado, que estava sendo desmatado ilegalmente pelas empreiteiras contratadas para construir o Setor Noroeste, e a cena é exatamente a mesma. No período todo em que se passou aquele conflito, o Governador não teve a decência de emitir uma nota sequer sobre aquilo, protegendo os interesses dos empresários mais espúrios desta cidade, que foram adversários dele no governo anterior. Então, Brasília é a sexta cidade em população indígena urbana do Brasil. Brasília tem índio. Isso é cultura. Isso é expressão da diversidade cultural de Brasília. O Governador se omitir nesse caso e permitir que aquelas cenas se repetissem daquele modo, com o seu capitão da polícia distribuindo bordoadas nos estudantes e nos cineastas que estavam registrando o fato naquele momento, é um dos maiores símbolos de como estamos em um momento problemático. Ao contrário da tecnologia, que tem um progresso linear, a cultura não tem esse progresso. Ela pode regredir. Nós podemos regredir a períodos de barbárie se não tomarmos cuidado com a nossa cultura e com a defesa das nossas instituições, das nossas diversidades culturais.

Então, peço encarecidamente que os nossos Deputados nos ajudem a fazer esse trabalho, porque, na mesma semana em que tivemos dificuldades para sermos atendidos pelo Governador, ele atendeu a uma comissão de grandes empresários da cultura, e a gente nem sabia quem eram esses grandes empresários. Ele não recebe a CUT, não recebe o Movimento Cultural, mas recebe os grandes empresários. Há várias categorias ameaçando entrar em greve, e ele não recebe a CUT. Quem somos nós, o Movimento de Cultura, o Fórum de Cultura, perto da CUT? Mas é sintomático isso. O nosso Governador está com problema. É um apelo que faço e chamo a atenção para essa questão. Mas, de um modo geral, estou muito satisfeito com a nossa mobilização e agradeço ao Deputado e a todos que possibilitaram esta reunião maravilhosa no dia de hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Obrigado, Marcelo. Concedo a palavra ao nosso amigo Chico Simões, para as suas considerações finais.

SR. CHICO SIMÕES – Quero agradecer e reafirmar, mais uma vez, que não falo em nome de ninguém nem de nenhum movimento. Falo a partir das minhas impressões. Quero agradecer ao Kalil por ter colocado a discussão no lugar devido, que é o da questão política, e chamar a atenção para o seguinte: se não tomarmos cuidado, vamos retroagir. Quero também discordar do Manzatti. Não acho que seja um problema do Governador. O problema foi de como se deu a conjuntura no momento da transição. Quer dizer, como foi formado esse quadro que está aí, agora, na gestão da cultura no Distrito Federal. Admiro várias dessas pessoas que estão tentando, avançando... Há vários avanços, mas a conjuntura, pelas forças políticas que disputaram e pela maneira como disputaram, no momento da transição, causou



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 10 2012	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	51

esse arranjo que está aí. Só para vocês terem uma ideia, eu, que fui, durante trinta anos... Fui fundador do Partido dos Trabalhadores e saí dele porque pediram que eu me retirasse da discussão, no momento da transição, porque uma ficha de filiação minha, em algum lugar no partido, não estava em ordem ou não estava em dia. Disseram que, se eu quisesse voltar para o debate, que eu deveria passar no partido e regularizar a situação de filiado. Ora, é claro que isso era só para retirar uma opinião de um debate. E a consequência é essa a que estamos assistindo agora.

Eu quero lembrar aqui, para terminar, o Mestre Teodoro, que tem um depoimento gravado no FestSesi a respeito disso, dessas dificuldades de prestação de contas e da burocracia, que também não é a mãe de todos os males, mas é um deles e é usada pela política, quando esta usa a burocracia para impedir, para emperrar ou para justificar alguma coisa: "Você não sabe fazer porque você é incompetente". O Mestre Teodoro disse: "Eu quero a ajuda do governo sim, mas eu não quero que o governo venha me dizer o que eu tenho que fazer com essa ajuda." Ora, por quê? Porque quando o Seu Doca estava desempregado, o Teodoro pegava qualquer dinheiro que ele tivesse ao alcance e comprava uma cesta básica, comprava remédio e mantinha a comunidade ali. É lógico que depois isso dá um problema na prestação de contas, que pode dar cadeia para muita gente aí, mas o que você vê no processo não é a realidade. O processo é só um reflexo do que foi um plano. A realidade é acidentada.

Por fim, nós não podemos ser criminalizados porque o ambiente que foi encontrado lá era de permissividade. Nós estamos pagando agora pela permissividade? Esse poder tão grande que vocês têm agora é tão perigoso que, se não for usado com muito princípio e sem se esquecer de onde nós viemos... Nós estamos vendo no Supremo um julgamento de pessoas que não roubaram, não enriqueceram nada, mas que agiram de uma maneira num determinado momento e que garantiram votações importantes para que este País chegasse aonde este País chegou. Elas agora podem ir para a cadeia porque o juiz que está com os processos na mão vê o processo: "Então, conforme o processo, aqui estão provas de que...". Entendeu?

A política é muito mais complexa, mas é para ela que temos que ir, e eu acho que temos que ir para a rua sim, deixando claro que este movimento apoia esta gestão, mas quer discutir e avançar e que criticar não é ser oposição. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Obrigado, Mestre Chico.

Concedo a palavra ao Sr. Marbo.

SR. MARBO GIANNACCINI – Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer, pela oportunidade que eu tive, à organização do Deputado Cláudio Abrantes e, ao mesmo tempo, dizer que me sinto gratificado em ter ouvido aqui as palavras tanto



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 10 2012	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	52

do Miguel como do Álvaro relacionadas ao Conselho de Cultura e aos espaços culturais que foram minha exposição. Os espaços culturais estão ameaçados mesmo, uns porque estão caindo, quero dizer, estão desmoronando; outros porque há todo um avanço da Terracap no sentido de recuperar terrenos que eles consideram valiosos para a especulação imobiliária, e vão desalojar entidades culturais que estão aí há anos trabalhando.

Eu me sinto privilegiado também por ter participado desta comissão em que foram expostos todos esses problemas e apresentadas sugestões.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Muito obrigado, Sr. Marbo.

Concedo a palavra, para suas considerações, ao nosso querido amigo Rênio Quintas.

SR. RÊNIO QUINTAS – Quero agradecer também ao Deputado Cláudio Abrantes e a seu gabinete, a nossos queridos companheiros que estão aqui até agora firmes nesta discussão, a toda esta Mesa aqui.

Temos que colocar em mente que nós temos que viver um novo momento, uma nova relação com a Secretaria de Cultura, por meio do seu chefe, Sr. Hamilton Pereira. Que ele venha para o debate, chegue junto do pessoal, como já fez uma vez naquele Conselho de Cultura. Que isso seja uma coisa permanente. É que a gente estabeleça esse diálogo de forma continuada, como faremos agora, em parceria, esse seminário, nos dias 26, 27 ou 28, se for necessário. Que o Sr. Secretário se faça presente. É importante. Os assessores... O Miguel representa muito bem o Secretário, mas a gente sabe muito bem que há necessidade de que a pessoa que define objetivamente as relações e que tem o poder de mando esteja presente para conosco discutir e estabelecer esse diálogo diretamente.

É importante frisar uma das grandes questões que vão nos afligir no ano que vem: a questão da Copa das Confederações e da Copa do Mundo, e de que forma o movimento cultural vai ser chamado para discuti-la. Como foi dito aqui, alguns segmentos mais poderosos e capitalizados já foram recebidos, e nós nem sequer tivemos notícias da forma como o movimento cultural fará isso. A gente percebe essa questão angustiante da estrutura que a Secretaria de Cultura herdou, e sabemos das dificuldades que eles têm. Têm que ser criados organismos diferenciados para poder trabalhar com essa coisa diferenciada. Ora, se existe um PDR, se não me engano, para gerir 800 milhões da Copa do Mundo, por que a gente não pode ter um regime diferenciado para gerenciar a cultura do Distrito Federal nessa relação que a gente sabe que é diretamente proporcional à violência? Vem o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 10 2012	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	53

FestCopa. A Copa do Mundo vem dominada pelas corporações, dominada pelas multinacionais. Segundo o pessoal do movimento da África do Sul, o maior ganho que eles tiveram na Copa do Mundo não foram os estádios, mas a possibilidade de a cultura africana ter sido demonstrada de forma muito forte.

Houve coisas a que nós não tivemos acesso, porque o nosso acesso aqui já é restrito pelas grandes redes. Então, nós tivemos muita coisa censurada no que passou de fato na Copa do Mundo. E nós não soubemos, porque a gente só via jogo. Porque há um olhar da concessão maior, que a gente sabe que domina, e das outras também, já que não existe diferença nenhuma nas grandes redes que dominam. É um monopólio que a gente tem que vencer ainda, a grande concessão de redes de TV, a gente tem que avançar para poder distribuir isso, para fazer chegar ao povo.

A questão da comunicação é fundamental. No seminário, em todas as conferências nacionais de cultura, o grande mote era este: a democratização dos meios de comunicação. Isso esbarra em toda essa discussão que está aqui, esbarra na questão de chegarmos à nossa população. A nossa população tem que nos ouvir, tem que nos ler, tem que nos ver, e nós temos que aprender com eles, para estabelecer essa relação de intimidade com a nossa população. Não é só questão de fazer *show* ou de apresentar um livro, é questão de transformar a cultura num fator de movimento coletivo, em que todo mundo cresça, tanto nós artistas como a comunidade. Há um *apartheid*. Não existir próprios culturais do governo nas cidades-satélites é um *apartheid* proposital para que não chegue essa inteligência à população. E isso, num governo democrático-popular, tem que ser vencido de forma tenaz, de forma objetiva. A participação dos artistas nessas grandes efemérides que vão para o mundo inteiro vai transformar esta cidade, vai estabelecer um diálogo com o mundo, que é a nossa grande... Aqui nós somos o celeiro de cultura. A gente vê, pela riqueza e diversidade da nossa produção. Em cinquenta anos, é fantástica a qualidade que nós atingimos em todos os setores. Então é fundamental essa relação.

Agradeço muito ao Cláudio. Espero que a gente mantenha esse diálogo. Os movimentos culturais representados aqui são vastos, são amplos. O fórum de cultura não tem a menor pretensão de representar a totalidade, a riqueza, a diversidade de todo o movimento cultural do Distrito Federal, muito longe disso. Nós somos apenas fruto de algumas pessoas que determinam algo, se mobilizam, ficam angustiadas e fazem o seu estardalhaço, que é necessário fazer quando a gente percebe que há todo um olhar para que a desmobilização seja intensa. E a gente tenta, da nossa forma, trabalhando. Como colocou muito bem a Deputada, a gente precisa pagar as nossas contas, a gente precisa trabalhar e ao mesmo tempo dar conta de coisas, quando não temos organização, não temos grana, não temos possibilidade de nos organizar, de nos planejar como deveríamos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 10 2012	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	54

Isso tudo é um sintoma de que querem nos dominar, mas a gente vai fazer o esforço máximo para não permitir. Então eu quero agradecer a presença de todos. Vamos em frente, porque só começamos. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Obrigado, maestro Rênio.

Quero confirmar aqui que, de nossa parte, o diálogo sempre estará aberto. Vocês sabem da nossa parceria.

Quero informar também que recebi uma ligação do Deputado Agaciel Maia, que é o Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças da Casa. Ele é o titular da pasta e é quem encaminha a discussão sobre a lei de incentivo. Ele já se prontificou, disse que, assim que chegar à Casa, dará toda a celeridade, transparência e publicidade ao projeto de lei para que a gente possa fazer um amplo debate sobre isso. Então, nosso agradecimento também ao Deputado Agaciel Maia.

Quero passar a palavra ao Secretário Adjunto de Cultura, Miguel Batista Ribeiro Neto, para as suas considerações finais.

SR. MIGUEL BATISTA RIBEIRO NETO – Eu queria agradecer mais uma vez à Câmara Legislativa; ao Presidente desta comissão geral, Deputado Cláudio Abrantes, e, no nome dele, a todos os Parlamentares que compõem a Frente Parlamentar pela Cultura; a todos que participaram desta Mesa; aos que participam ou participaram – acho que muitos dos que estão na Secretaria de Cultura – de várias lutas no movimento social. Chico, acredito ainda que é um bom debate. Acho uma pena você ter saído do PT, mas, onde você estiver, a gente estará junto. Não estou nem aí para essa ficha.

Quero também destacar as presenças: da Secretaria de Cultura, que está presente com o Leonardo Hernandez, que representa a Subsecretaria de Fomento; da Subsecretária de Políticas do Livro e da Leitura, Ivana Sant'Ana Torres; da Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural – SUPAC, José Delvinei dos Santos; do Subsecretário de Políticas e Promoções Culturais, Dorival Brandão, o Doriva; do Paulo Micula, representando a Subsecretaria da Diversidade Cultural; do Roberto Neiva, da Assessoria Especial do Secretário; do Zé Prestes, recém-chegado na equipe; da Cleri, que eu queria dizer aqui que é uma das distorções que nós temos no conselho. Ela não é uma distorção no conselho, mas ela representa muito bem um improviso que, ao longo do tempo, o conselho vem reproduzindo e que demonstra, mais uma vez, a necessidade de alteração da lei. A Cleri é uma pessoa que representa três entes numa cadeira. Ela representa o circo, a cultura popular – que já não deveriam ser uma coisa só pelas demandas desse movimento – e está ocupando uma cadeira de uma representação do governo para representar esses dois segmentos por um acordo feito entre a sociedade civil e o governo naquele conselho. Demonstra também um arranjo que se faz, mas acho que foi um bom



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 10 2012	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	55

arranjo a bem dos segmentos ali representados. Eu me esqueci de uma pessoa e quero reparar esse esquecimento. Está aqui um recém-chegado na equipe também, uma aquisição maravilhosa da Secretaria da Cultura, que está à frente do Espaço Cultural Renato Russo, ou, para aqueles que são mais antigos como eu, Espaço Cultural 508, que é o Marconi Cordeiro Valadares, que está aqui há um pouco menos de um mês. Destaco a presença também do Paulinho, Paulo Lima, da Supac; do Subsecretário de Comunicação da Secretaria, que esteve aqui até há bem pouco tempo, o André Barreto; o Hernani. Enfim, não vou para de citar.

Ao fazer isso, eu queria destacar, com a lembrança dessas pessoas, que está aqui a Secretaria de Cultura, independentemente de suas diferenças internas, está aqui com a sua cara. Eu acho importante isso, Chico, porque, como bem lembrou o Leonardo, é importante a gente perceber essas coisas. Há muito pouco tempo, há um pouco mais de um ano e meio, dois anos atrás, isso não era muito comum entre nós. Alguns conheciam bem mais do que outros aqueles que governavam e conduziam, principalmente, os recursos públicos. Acho que é um gesto importante que se deve destacar.

Eu queria lembrar a todos sobre esse calendário de que eu falei, do Sistema Distrital de Cultura, que toca em todas essas questões que alteram as leis. Uma questão central no sistema cultural de Brasília são as leis, sim, são as normas que foram construídas e remendadas ao longo do tempo, e com governantes que sequer ouviram quem estava na sala ao lado. O decreto que regulamentou o FAC foi feito por pouquíssimas pessoas na Secretaria de Cultura – sabe-se hoje disso. Então, esse calendário requer a participação qualificada dessas pessoas que vêm aqui, que estão aqui, que acompanham.

Dia 15 de outubro, uma segunda-feira, às 14h30min, a gente vai ter uma primeira reunião de organização do envio desse documento, desse projeto de lei para a Câmara Legislativa, que será discutido no conselho. Os conselheiros da sociedade devem encaminhar – isso foi decidido de anteontem para ontem pelo conselho – a todos os segmentos ali representados. Eu peço a todos que se liguem nessa questão porque a gente precisa de representantes, ainda.

Eu queria lembrar aqui outra coisa – olha só o esquecimento. O Camir; o Camir é o chefe de gabinete recém-chegado à equipe; o Wellington, que esteve aqui até bem pouco tempo. O Roberto Camir, mais o Zé Carlos, a Joana que estava aqui, que é do FAC — não veio?; o André voltou...

Outra coisa que eu quero informar a vocês: é importante ficarem atentos também, porque o movimento cultural é representado no Conselho de Desenvolvimento Econômico Social, que é o conselho que tem como presidente o Sr. Governador, que ouve todos os segmentos da sociedade. O movimento cultural, ou o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 10 2012	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	56

segmento da cultura, tem representação. Tem hoje acho que três representantes: Célia Porto, Gogui e Alexandra Caponi. Recentemente, nós introduzimos nesse conselho um grupo de trabalho de desenvolvimento econômico, como estratégia de inserir a cultura, ou essa política, entre as prioridades do desenvolvimento econômico, ou seja, na economia, nos recursos do governo, inserimos a cultura e o turismo. É preciso lembrar, não só pelos eventos que vão acontecer, mas por eles também, como motivo para a gente se preocupar, porque o nosso conselho – mais um sintoma de que precisa ser mudado – não tem uma representação da Secretaria de Turismo. O Conselho de Desenvolvimento do Turismo tem a Secretaria de Cultura representada. Recentemente, criamos uma câmara temática no Conselho de Turismo para discutir turismo e cultura. E estamos fazendo esse debate lá na Secretaria de Turismo, mas não temos ainda na nossa secretaria essa contraparte. Temos que criar.

Nós inserimos essa discussão nesse Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, numa discussão sobre desenvolvimento econômico. Essa primeira apresentação gerou um seminário, chama-se Diálogos, produzido pela coordenação do conselho, que foi realizado, acho que, há duas semanas. Tivemos uma participação não muito grande do movimento cultural, de segmentos que possam discutir cultura e turismo, mas já foi uma primeira... Acho que foi inédito esse seminário, não se tinha nada na história juntando as duas secretarias em um debate para o futuro. Acho que é inicial, mas é prova também, sabe Cláudio... É uma sugestão que eu dou. Achei muito importante e quero aproveitar agora e agradecer a vinda do Secretário do Turismo, que está ligado nesta discussão da junção dos dois. Eu acho que sempre que discutirmos um, temos que discutir o outro também. Elas estão umbilicalmente ligadas. E para o futuro mais ainda, principalmente se conseguirmos ter um entendimento. Espero que a Câmara Legislativa também debata isso, Cláudio. Debata essas duas pastas como um eixo ou partes constituintes de um eixo do desenvolvimento econômico também, porque já é eixo de desenvolvimento humano, mas também de desenvolvimento econômico. Acho que começamos a entrar no centro da agenda de governo mesmo. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Neste momento, eu gostaria de passar a palavra, para as considerações finais, ao Dr. Leonardo Hernandez, Subsecretário de Fomento.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Deputado Cláudio Abrantes, eu gostaria de fazer um aparte. Eu tinha entendido que era só eu me despedir e encerrar. Então, eu pediria a V.Exa. que me concedesse apenas vinte segundos, antes do Léo falar, porque vou dizer uma coisa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 10 2012	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	57

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Então, vou conceder vinte segundos para você usar da palavra.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu tinha entendido que era só muito obrigado e até logo. Então, eu não disse, não costumo ser pidão assim não, mas eu gostaria de fazer só uma lembrança, um complemento ao que a Deputada Arlete Sampaio disse. Em 2008, quando a lei foi aprovada, a lei do 0,3%, o orçamento do GDF nessa época foi de 12 bilhões. Então, 0,3% teriam dado 36 milhões ao FAC e a Câmara aprovou, no orçamento do mesmo ano, que não fosse nem no ano seguinte para que já valesse. Então, esse é um dado importante, de 36 milhões, em 2008.

A outra coisa que eu gostaria de dizer também ao Léo é que, quando o Presidente Juscelino quis criar a indústria automobilística no Brasil, todo mundo foi contra. Disseram isso: “Transfere isso para a iniciativa privada que os empresários se virem”. Mas, como foi uma questão de Estado, ele dizia: “Não, essa indústria automobilística é importante para o Brasil. Então, o Estado vai investir e vai dar o dinheiro para isso”. Eu estou fazendo uma ilação ao nosso movimento cultural de Brasília, porque o Estado precisa colocar o dinheiro para criar isso. Ele, então, o abandona depois de criado. É como um filho. Muito obrigado, Deputado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Quando V.Exa. fez uso da palavra, também fez as suas considerações. Mas aqui temos a democracia, a fala é livre. Estamos no parlamento. O único problema é o próximo Deputado que vem com a sua sessão solene.

Neste momento, concedo a palavra ao Sr. Leonardo Hernandez.

SR. LEONARDO HERNANDEZ – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer justiça à Subsecretaria de Patrimônio. Gostaria de dizer que a última reforma que fizemos do patrimônio histórico/artístico do Distrito Federal foi há doze anos. Então, passamos doze anos sem fazer nada. E, agora, temos que resolver todo o patrimônio histórico e artístico do Distrito Federal. Neste governo, sempre sobra para ele fazer a sua reforma. Neste ano, nós já resolvemos e entregamos o Catetinho, o Panteão, a Igreja de São Sebastião. Vamos entregar o Cine Brasília não maquiado, mas restaurado na sua integridade, inclusive devolvendo a fachada original. E temos 125 milhões de reais até 2014. Teremos 125 milhões de reais para investir no patrimônio histórico e artístico até 2014. Agora, o gabinete precisava dos recursos do FAC para fazer os projetos. Metade da licitação para fazer os projetos executivos para licitar os 125 milhões. Não era para fazer reforma, porque é um dos princípios, inclusive, do FAC fazer... Mas patrimônio é cultura. Isso está superado. Estou dizendo que o Delvinei tem esse problema agora, que é conseguir os 4 milhões... Patrimônio é cultura, carnaval é cultura.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 10 2012	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	58

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Senhores, nós temos por princípio a democracia, mas precisamos dar ordem às discussões. Então, foi aberta a palavra, quem se inscreveu falou. Fomos condescendentes com o tempo. Agora, se ficarmos fazendo intervenções na fala, sairemos daqui amanhã. E, com certeza, Calil, Roger, todos nós teremos muito tempo para debater essa questão do FAC nas audiências. O debate não se encerra agora. Os pontos de vista serão colocados e chegaremos a um consenso. Então, não adianta. Se ficarmos discutindo e intervindo, não sairemos daqui hoje.

SR. LEONARDO HERNANDES – Então, o governo agora vai ter que resolver de onde vai tirar os recursos para trazer os projetos do Executivo para acessar os 125 milhões de reais. Foi o Governador, Manzatti, foi a decisão dele que quis preservar o FAC de uma operação que vai alterar a execução de todos os fundos. Essa não era uma prerrogativa só do FAC, não, mas de todos os fundos. E o governador, por sensibilidade dele, resolveu não mexer no FAC e vai ter que agora fazer manobras orçamentárias para resolver isso, porque a gente continua com o problema. O carnaval vai ter que ser feito, as festas de final de ano também, e o patrimônio vai ter que ser restaurado.

Também queria dizer que, em 2008, quando foi aprovada a lei, o FAC executou 12%. Foi um ano em que não tivemos FAC, basicamente. Doze por cento. De todo o recurso disponível, 12% apenas. No ano passado, nós executamos quase 80% do FAC. Se a gente não tivesse executado nada, a gente teria quase 100 milhões neste ano, o que não é verdade, se olharmos o QDD. Então, a gente executou quase 80% no ano passado. Esse discurso que diz que o FAC não executa — e aí o Secretário vai se utilizar de todos os artifícios... O FAC é um dos fundos que mais executa em todo o GDF. Há fundos com mais de 100 milhões, 150 milhões. É por isso que o governo resolveu olhar para os fundos, porque via que os fundos não estavam sendo executados. O problema é que o governo não sabe que no FAC o dinheiro fica parado, mas é executado de uma vez, quando são aprovados os projetos. Nós temos que ficar várias vezes explicando isso para ele. Então, se você olha agora: “Ah, mas você não executou nada!” É porque o edital está sendo finalizado. Nós vamos pagar agora mais 15 milhões de reais. Vamos somar 30 milhões de reais executados neste ano.

Também queria dizer que ouço as críticas com muita tranquilidade. Recebo as críticas, toda a equipe está ciente das críticas, ouve as críticas, estamos trabalhando para melhorar os procedimentos. Então, ouço isso com muita tranquilidade, com a mesma tranquilidade que sei que estamos fazendo um ótimo serviço. Durmo tranquilo. A minha equipe está muito honrada com tudo o que está sendo feito, com quem eu compartilho todas as ações do FAC. Tenho uma equipe



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 10 2012	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	59

brilhante, jovem, vigorosa, que se dedica de domingo a domingo a responder aos *e-mails* dos proponentes 24 horas por dia. Estou muito tranquilo.

Também queria dizer que, no ano passado, 61% das pessoas que acessaram o FAC eram novas. Custa-me acreditar que 61% das pessoas que nunca acessaram o FAC consigam fazê-lo e isso seja tão impossível assim. Como pode 140 artistas que nunca fizeram um projeto ao FAC, façam pela primeira vez e consigam ganhar? Alguma coisa não bate aí. Sem falar que 23% só ganharam uma vez. Então, alguma coisa não está batendo no discurso. Por que o FAC é a solução de todos os problemas e, ao mesmo tempo, é todos os problemas? Quer dizer, nós estamos fazendo uma política nunca feita no FAC, fazendo uma ação que está atendendo a todo o sistema da cultura do Distrito Federal. Então, as pessoas fazem uma crítica: “O FAC não pode ser a única solução”. Então, há contradições no discurso.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Muito obrigado, Léo.

Quero agradecer a todos e a todas, guerreiros e guerreiras, que suportaram a discussão, mas é nessa discussão que nós vamos crescer e vamos efetivamente construir e alçar a cultura a direito fundamental de todo brasileiro, que é o nosso sonho.

Eu gostaria de agradecer a presença dos Parlamentares que passaram por aqui, das autoridades do governo, da comunidade aqui representada por suas lideranças, que contribuíram de modo relevante para o sucesso deste evento.

Declaro encerrada esta comissão geral.

(Levanta-se a comissão geral às 19h18min.)

Ata lida e aprovada na 91ª Sessão Ordinária, de 11/10/2012.